

## Nicarágua

### • Vitória esmagadora dos sandinistas nas eleições

#### 1. Eleições para Presidente e vice-Presidente da República

Eleitores inscritos .....	1 551 597	
Votos expressos .....	1 181 500	(76,1 %)
Votos válidos .....	1 099 588	(93,07 %)
Votos nulos .....	81 912	( 6,93 %)
Frente Sandinista .....	736 052	(66,9 %)

#### 2. Eleições para a Assembleia Nacional

Eleitos inscritos .....	1 551 597	
Votos expressos .....	1 181 500	(76,1 %)
Votos válidos .....	1 093 242	(92,5 %)
Votos nulos .....	88 258	( 7,5 %)
Frente Sandinista .....	729 765	(66,8 %)

### • EUA na escalada da agressão

Pág. 8



Pág. 7

## SALÁRIOS EM ATRASO

«É inadmissível que num Estado democrático haja quem trabalhe e não receba. É inadmissível que os órgãos de soberania, com competência para dar resposta legal a tal situação, assistam inertes ao alastramento do cancro dos salários em atraso», sublinha, a abrir, o projecto de lei n.º 357/III, que o grupo parlamentar do PCP apresenta hoje na Assembleia da República. Os trabalhadores do Sector Empresarial do Estado efectuavam entretanto um plenário público (foto) junto à AR na passada quinta-feira. Problema número um: os salários em atraso e a ruína do sector



Um aspecto da «Conferência Luso-Espanhola por uma Península Ibérica Livre de Armas Nucleares» que decorreu no passado fim-de-semana em Lisboa

## CONFERÊNCIA LUSO-ESPAÑHOLA POR UMA PENÍNSULA IBÉRICA LIVRE DE ARMAS NUCLEARES

Aprovadas propostas de acção na reunião realizada em Lisboa no passado fim-de-semana — Pág. 2

## PCP

#### A situação política

- Extractos de intervenções proferidas por **Octávio Pato**, **Carlos Brito** e **Jaime Serra** em recentes iniciativas do Partido



#### A situação social

- Um apontamento da Direcção Regional de Setúbal



#### Assembleias das Organizações do PCP

- Concelhia do Barreiro, no sábado, dia 17
- Concelhia de Évora, também no sábado
- 2.ª Zona do Comité Local de Lisboa, no domingo, dia 18
- Regional de Santarém, dia 24
- Concelhia das Caldas da Rainha, dia 24
- Regionais do Algarve, Porto e Minho (Dezembro) dinamizam também intensa actividade preparatória



#### Campanha do Vitória

- Attingir 35 mil contos até final do ano



#### 2.º Congresso da JCP

- Os 18 pontos de uma «política alternativa» para a juventude, proposta avançada no projecto de Resolução Política, em intenso debate nos colectivos da Juventude Comunista

- As iniciativas preparatórias em marcha

## COMICIO de AMIZADE

PCP - PSUA

PORTUGAL - RDA

com **ÁLVARO CUNHAL**  
SECRETÁRIO GERAL DO PCP

**WERNER FELFE**  
MEMBRO DO BUREAU POLÍTICO E DO SECRETARIADO DO C.C. DO PSUA

**PAVILHÃO DA BRANDOIA**  
16 NOV. 84 - 21,30H.



O camarada Álvaro Cunhal recebe o camarada Werner Felte no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes onde se realizaram conversações entre a delegação do CC do PCP e a delegação do PSUA de visita ao nosso país

## DELEGAÇÃO DO PSUA VISITA PORTUGAL

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português chegou a Portugal uma delegação do Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha, dirigida por Werner Felte, membro do Bureau Político e do Secretariado do Comité Central e integrada ainda por Horst Schumann, membro do CC e primeiro-secretário de Leipzig, Erich Wetzl, chefe da secção do Departamento de Relações Internacionais, Klaus Kazimirski, funcionário do Departamento de Relações Internacionais e Gunter Friedrich.

No próximo número, o «Avante!» publicará a reportagem sobre a visita da delegação do PSUA que inclui a realização de um comício de amizade amanhã, às 21 e 30, no Pavilhão da Brandoia

# SEMANA

## 7 Quarta-feira

O escândalo Flick que tem assolado a RFA chega a Portugal, depois de o gerente deste consórcio financeiro ter afirmado que o dinheiro doado à Fundação Friederich Ebert se destinava a apoiar Mário Soares e Felipe Gonzalez. O governo espanhol abriu inquérito. O português calou-se... As chuvas que caem na região de Lisboa avivam na memória as cheias do ano passado, principalmente porque nada foi feito para prevenir novas inundações. Noite europeia de futebol, com o Benfica e o Sporting a serem eliminados pelo Liverpool e pelo Dinamo de Minsk, respectivamente. Ronald Reagan é reeleito presidente dos Estados Unidos. A ditadura fascista chilena declarou este país em Estado de Sítio por tempo indeterminado, ao mesmo tempo que o exército ocupou militarmente as três mais importantes cidades do país, Santiago do Chile, Valparaíso e Viña del Mar. Comemorou-se o 67.º aniversário da Grande Revolução de Outubro.

## 8 Quinta-feira

São Bento foi palco de um plenário nacional dos representantes dos trabalhadores do Sector Empresarial do Estado. O plenário, no qual participou o coordenador da Central Sindical, Armando Teixeira da Silva, decidiu intensificar a luta em defesa das empresas públicas, nacionalizadas e participadas. O Governo português recusou os vistos de entrada a uma delegação de jovens do Komsomol Leninista que pretendiam visitar o nosso país a convite da Juventude Comunista Portuguesa. Pinochet, o ditador chileno, proibiu diversas publicações da oposição e institucionalizou, por meio de um decreto, a censura em todos os órgãos de comunicação social. Com a vitória de Reagan cresce o perigo para a Paz mundial. Com a violação do seu espaço aéreo e marítimo por navios e aviões dos Estados Unidos em perseguição do cargueiro soviético «Gakuriani», foi decretado o Estado de Prevenção em toda a Nicarágua.

## 9 Sexta-feira

No país que Mário Soares considera um «oásis», trabalhadores da Função Pública, reformados e trabalhadores da Lisnave manifestaram-se em Lisboa e Almada, pela imediata reabertura do processo negocial, por melhores pensões, e pelo desbloqueamento de uma verba destinada ao pagamento dos salários, respectivamente. Contrariando as reivindicações estudantis, o Ministério da Educação decidiu aumentar os preços nas cantinas universitárias, cuja refeição passa a custar 100 escudos. As previsões e os sucessivos avisos dos dirigentes sandinistas confirmam-se. Os Estados Unidos ameaçam invadir a Nicarágua, lançando um «ataque fulminante» para destruir a carga do cargueiro soviético, que Reagan afirma serem aviões Mig-21, o que é desmentido tanto pela União Soviética, como pela Nicarágua. Intensifica-se a repressão na África do Sul. Em consequência do movimento grevista, a polícia fascista continua a prender dirigentes sindicais e estudantes. O balanço da repressão de segunda e terça, dias da greve geral, eleva-se já a 24 mortos e centenas de feridos.

## 10 Sábado

Inicia-se em Lisboa a Conferência para a desnuclearização da Península Ibérica, na qual participam diversas personalidades dos dois países. A Juventude Comunista Portuguesa comemora em todo o país o seu quinto aniversário: a pensar no 2.º Congresso que se realiza em Dezembro. Em Beja reuniram-se as operárias agrícolas alentejanas sob o lema «Mulheres pelo Trabalho e pelo pão». Num mesa-redonda promovida pela CGTP-IN sobre o pacote laboral, foi afirmado que este conjunto de diplomas põe em causa o próprio regime. Comemorou-se o nono aniversário da proclamação da República Popular de Angola. A efeméride foi comemorada em Lisboa numa sessão em que participou o embaixador daquele país em Lisboa. No Chile, a polícia e o exército cercam um bairro da periferia da capital e prendem centenas de pessoas. Os Estados Unidos prosseguem a escalada de provocações contra a Nicarágua. Um avião espião quebrou a barreira do som por cima de Manágua, a capital, enquanto um outro voltou a sobrevoar o porto de Coínte.

## 11 Domingo

Octávio Pato acusou o Governo de pôr em perigo de rotura o sistema financeiro do país. A acusação foi feita quando usava da palavra num comício em Loures. Em Lisboa, termina o 1.º Congresso da Federação dos Sindicatos da Construção, Madeira e Mármore. Os representantes de cerca de 200 mil trabalhadores aprovaram a intensificação da luta pela demissão do Governo. Dia 20 de Novembro, os estudantes universitários vão paralisar a nível nacional como forma de protesto contra o aumento dos preços das cantinas. Esta decisão foi tomada num encontro que reuniu 40 associações de estudantes em Coimbra. Em Madrid, Aurora Cunha sagrou-se campeã mundial dos 10 mil metros estrada. Rosa Mota é vice-campeã, bem como a equipa portuguesa. Os Estados Unidos continuam na senda da guerra contra a Nicarágua, proclamando-se o «direito» de patrulhar as águas territoriais deste país e de «vigiar» três navios mercantes soviéticos que se dirigem para a Nicarágua. Começa em Adis-Abeba a 20.ª Cimeira da Organização da Unidade Africana. Neste primeiro dia de trabalhos deverá ser eleito o novo presidente da organização.

## 12 Segunda-feira

De Janeiro a Outubro deste ano, a taxa de inflação atingiu 30,2 por cento, relativamente a igual período do ano passado, informa o Instituto Nacional de Estatística. O Governo continua a não responder aos requerimentos apresentados pelo PCP sobre as cheias de Novembro, isto numa altura em que a situação das ribeiras pode ocasionar uma catástrofe ainda mais grave. A convite do Comité Central do PCP encontra-se em Portugal uma delegação do PSUA. Ao abrir a 20.ª Cimeira da OUA foi eleito o novo presidente desta organização. Trata-se do presidente da Tanzânia. Esta cimeira ficará para sempre marcada com a entrada da RASD para a OUA e o abandono de Marrocos.

## 13 Terça-feira

Mário Soares não tem qualquer hipótese de ser apoiado pelo PSD nas presidenciais — quem o afirma é Fernando Amaral, dirigente do PSD e presidente da AR. Por seu turno, António Campos, dirigente do PS, não hesitou em classificar aquela declaração como ridícula e grave... Em Lisboa, a CNA explica a necessidade da Semana de Protesto da Lavoura, prevista para o período entre 19 e 24 deste mês. No Montijo, a selecção portuguesa de futebol de «esperanças» perde por 1-0, frente à formação sueca. Os dias 27 e 28 de Dezembro são apontados em Nova Delchi como data para a realização das eleições gerais. Miguel d'Escoto, ministro nicaraguense dos N. Estrangeiros, declarou em Manágua que os EUA procuram um pretexto para invadir a Nicarágua.

## Editorial

# DEMISSÃO DO GOVERNO — PROFILAXIA NACIONAL

O «buraco» orçamental de um défice superior em 15,9% ao inicialmente previsto no Orçamento do Estado para 1984, depois sucessivamente elevado para mais 41,5% e 72,6%, é — com o cancro financeiro de uma dívida externa superior a 15 065 milhões de dólares — um dado objectivo dos mais instrutivos e de maior gravidade da política de desastre do Governo Soares/Mota Pinto.

Como é do conhecimento público, aquele défice, depois de escarpada a política financeira do Governo em plena AR pelo grupo parlamentar do PCP, galgou dos iniciais 176,7 milhões de contos para 265,1 milhões e, com outras indefinições e transferências indevidas para o Orçamento de 1985 de despesas já efectuadas este ano (que atrairiam aquele défice para números substancialmente mais elevados), acabou por cifrar-se em termos «reais» — sem contar com a amortização da dívida — em mais de 305 milhões de contos!

A forma como tudo isto se processou e a extrema gravidade destes números indiciam uma situação de prática ruptura do sistema financeiro e de irregulares relações entre o sistema bancário, designadamente o Banco de Portugal, e as finanças do Estado.

Desta situação de ruptura que temos vindo a denunciar com vigor — uma posição hoje partilhada por reputados especialistas insuspeitos de outras áreas políticas — não foram ainda tiradas todas as necessárias conclusões políticas, económico-financeiras e sociais, a primeira das quais, a principal e mais urgente é a demissão da clique governante de Soares e Mota Pinto, do PS/PSD.

Na origem desta perigosa situação de ruptura do sistema financeiro está uma gestão estatal anárquica, incompetente e incapaz — «uma gestão quase incontrolada e em derrapagem» — no dizer do economista e antigo ministro das Finanças, Silva Lopes, — e actividades sabotadoras e fraudulentas de corrupção, de fuga de capitais, de evasão fiscal que fazem das finanças do Estado uma barca à deriva.

Criou-se uma situação de causa e efeito de queda dos salários reais, de injusta e abrupta queda do poder de consumo da população e do Estado, de consequências depressivas automáticas resultantes da acentuada desaceleração da actividade económica e da recessão produtiva, susceptíveis de comprometer gravemente e por gerações o futuro do Povo português — uma chamada «política de austeridade» levada a extremos tais que surpreenderam e ultrapassaram mesmo as «directivas» e previsões dos próprios «fiscalistas» do FMI.

Chegou-se ao cúmulo do círculo vicioso de aumentar com novos empréstimos a dívida externa para pagar os juros e amortizações dos empréstimos acumulados da mesma dívida externa, contabilizada em dólares, submetida às oscilações para a alta da moeda americana, cujas cotações aumentaram de Janeiro a Outubro em mais de 23%.

O Governo prepara-se agora para fazer passar na Assembleia da República o Orçamento do Estado para 1985, com a previsão de um défice de 310 milhões de contos, quase o dobro do défice inicial previsto para 1984!

Nas previsões orçamentais do Governo incluem-se 270 milhões de contos só para juros e amortizações da dívida pública, e o Povo português tem todas as razões para duvidar do rigor das previsões deste Governo, falhadas em setenta e tal por cento para mais no défice de 1984, tem sobejas razões para não confiar na sua capacidade de ultrapassar a gestão de défice crónico das suas previsões financeiras.

É indubitável que a celerada clique Soares/Mota Pinto

encara para tapar os «buracos» da sua política financeira o recurso às provisões do Banco de Portugal, incluindo novas alienações das nossas reservas de ouro, submetidas a uma persistente tendência para a baixa nas cotações daquele metal precioso, que só de Janeiro a Outubro do ano em curso acusaram uma quebra de quase 20%.

Torna-se cada vez mais claro que a continuação do Governo da clique Soares/Mota Pinto arrastaria o País para o desastre e a bancarrota, comprometeria as possibilidades de travar a corrida para o abismo, o que pressupõe necessariamente drásticas medidas de saneamento financeiro e a renegociação da dívida externa, com precoriza do PCP.

São as classes trabalhadoras e as classes e camadas não monopólicas que suportam o peso esmagador e principal da ruína política do Governo Soares/Mota Pinto.

A intensificação da guerra social contra os trabalhadores está nos planos da clique governante por exigências dos círculos mais reaccionários do capital financeiro e do grande patronato.

A ofensiva contra os salários e o poder de compra dos trabalhadores tem objectivos precisos na política e nos planos do Governo, tal como a ofensiva contra os direitos e liberdades está nos seus projectos legislativos imediatos.

A denúncia feita pela CGTP-IN das iniciativas do Governo de revisão da legislação laboral constitui uma contribuição preciosa para a luta da classe operária e do seu movimento sindical unitário.

O «pacote laboral» que o Governo elaborou e apresentou ao chamado «conselho de concertação social» é o projecto mais odioso e acabado de destruição das conquistas sociais dos trabalhadores depois do 25 de Abril a que os divisionistas da UGT fornecem cobertura.

A revisão da legislação laboral incidindo sobre salários em atraso, a cessação do contrato de trabalho, os contratos a prazo e o trabalho temporário; a «regulamentação» da lei da greve, em que se incluem disposições antioperárias sobre os piquetes de greve, o «lock-out» e a requisição civil; a concessão das carteiras profissionais, o seguro do desemprego e a formação profissional, configuram uma ofensiva em larga escala contra os trabalhadores e empregados das fábricas, dos escritórios, da Função Pública e outros.

O «pacote laboral» que o Governo vai tentar fazer passar na Assembleia da República é uma peça maquiavélica de uma política de submissão aos monopólistas portugueses e às multinacionais, que exigem dos seus mandantes o Poder o rápido agravamento das condições de vida e de trabalho das classes laboriosas do nosso país.

A tentativa de impor o pacote laboral vai exigir dos trabalhadores uma firme resistência e luta, uma unidade inquebrantável, uma grande determinação em defesa e pelo melhoramento das suas condições de vida e das conquistas sociais de Abril, uma clara consciência de que a satisfação das suas reivindicações mais sentidas exige a imperiosa e urgente demissão do Governo Soares/Mota Pinto, do PS e do PSD.

Também os agricultores que trabalham a terra, os pequenos e médios industriais e comerciantes e, de uma forma geral, os empresários não monopólistas, estão sob o cutelo da política de submissão ao capital financeiro dos actuais governantes.

A questão dos injustos preços agrícolas ao produtor, em contraste com os altos preços ao consumidor, em benefício exclusivo dos grandes intermediários do comércio agrícola; o sucessivo encarecimento dos custos de produ-

ção; a crítica situação da pecuária afectada pela gripe pneumónica, a brucelose e outras epizootias para as quais o Governo nenhuma providência toma; o encerramento discriminado das felas de gado, e agora a tentativa de entregar os matadouros públicos à exploração dos grandes marchantes e grandes capitalistas; a ausência de medidas para pôr fim ao contrabando; a tentativa de impor condições leoninas de exploração da terra aos seareiros de campanha e aos rendeiros de uma forma geral; o esbulhamento dos baldios do povo em benefício dos grandes proprietários, são um rol de medidas anti-sociais e anti-económicas na agricultura que estão provocando a indignação e a resistência de milhares de agricultores.

A intensificação da ofensiva contra as UCPs e a Reforma Agrária, o aumento do desemprego nos campos do Alentejo e do Ribatejo, principalmente das mulheres, como agora foi denunciado no Encontro das Mulheres Trabalhadoras em Beja, são outras tantas facetas da ofensiva da classe dos latifundiários contra os pobres do campo.

Por seu lado os pequenos e médios comerciantes e o comércio em geral sofrem a consequência da brutal queda das vendas, avaliada em mais de 40%, vivem — com os pequenos e médios industriais — sob a ameaça dos aumentos das rendas, que no projecto-lei do Governo chegam a atingir os 600%, todos enfrentam o encarecimento e rarefacção do crédito, dos elevados juros à cabeça, do peso excepcional dos impostos.

Por isso as falências em série sucedem-se em diabólica cadência, a bancarrota a que o Governo arrasta o País é já uma realidade ao nível das pequenas e médias empresas industriais, comerciais e agrícolas.

É uma situação generalizada que põe em evidência o vínculo dos interesses comuns e da solidariedade entre os trabalhadores e as classes e camadas não monopólicas na necessária luta contra o Governo Soares/Mota Pinto e a sua política de desastre.

Esta política e o pujante ascenso do movimento popular de massas, as alterações do quadro partidário que estão em curso, e a maré ascendente do descontentamento popular que assume crescente expressão organizada, exigem, favorecem e põem na ordem do dia iniciativas políticas e no plano institucional que promovam a urgente demissão do Governo PS/PSD, as alterações de fundo na política do Governo que a situação exige de maneira imperiosa e possibilitem uma necessária alternativa democrática.

As massas populares dão o exemplo e apontam o caminho. Hoje, milhares de trabalhadores de todo o País com os salários em atraso vão concentrar-se em S. Bento no momento em que na Assembleia da República os deputados do PCP vão de novo exigir medidas práticas para se pôr cobro a tão escandalosa e dramática situação.

De 19 a 24 deste mês a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) promove em 30 localidades do País uma «Jornada de Reclamação e Protesto da Lavoura Portuguesa».

No dia 29, por todo o País e em acções de variado tipo e por variadas reivindicações muitos milhares de portugueses vão manifestar a sua repulsa pelo actual Governo e a sua política e exigir a sua urgente demissão.

Nas próprias fileiras e mesmo nos círculos dirigentes da coligação governante crescem o mal-estar, as dissenções, as disputas. Denúncias de corrupção sobem dos sectores políticos mais variados.

O escândalo Flick — o multimilionário que controla a Daimler-Benz e o Deutsche Bank — associado com o Banco Morgan, dos Estados Unidos, aos Mellos da antiga CUF na M-D-M — bate indirecta, mas claramente nos dois partidos da coligação governante e do próprio CD.

O Governo Soares/Mota Pinto é uma clique condenada e isolada. Correr urgentemente com eles das cadeiras do Poder é uma verdadeira medida de profilaxia nacional.

# Exigido em Conferência Luso-Espanhola Não às armas nucleares na Península Ibérica!

Com a participação e presença de mais de cem individualidades portuguesas e espanholas independentes dos governos dos dois países, decorreu no passado fim-de-semana em Lisboa a «Conferência Luso-Espanhola por uma Península Ibérica Livre de Armas Nucleares». A iniciativa, mau grado os esforços da RTP em lhe reduzir o impacto através de «apontamentos» tão extensos como um «spot» aos sábados e uma seriedade jornalística de fazer corar as caldeiras, teve e tem uma importância quer nacional quer internacional que o mais cerrado silêncio televisivo não conseguirá evitar. Quanto aos desenvolvimentos futuros desta Conferência (ver caixa), há neles potencialidades suficientes para impor e alargar ao longo do tempo aquilo que, já neste fim-de-semana, no hotel Roma em Lisboa, surgiu como expressiva realidade: a determinação dos dois povos ibéricos em defender a paz e o desarmamento e em lutar pela salvaguarda da segurança comum, pugnando pela proibição total da presença ou trânsito de armas nucleares em todos os territórios dos dois Estados ibéricos. Participaram na Conferência destacados especialistas e personalidades da vida social, política e cultural de ambos os países, dando corpo a um vasto leque de opiniões e credos políticos congregados no objectivo comum da defesa da paz e da segurança. Deste membro de partidos políticos (PCP, PCE, PS, PSOE, PSD, MDP/CDE, UEDS, «Os Verdes», etc.) a personalidades independentes, passando por especialistas e militares de alta patente, dirigentes sindicais, deputados, autarcas, escritores, poetas, artistas, a participação luso-espanhola nesta Conferência reuniu à volta da causa comum da paz uma diversificada presença ideológica e política e destacadas personalidades.

As conclusões, sintetizadas numa declaração final, começam por recordar precisamente as diversas opções sociais e ideológicas dos participantes que se juntaram nesta conferência para manifestarem «a sua preocupação pela contínua deterioração da situação internacional, pela ameaça de um confronto nuclear que levaria a uma grave crise da vida do planeta, com o risco de destruição total da humanidade e, neste contexto, pelo perigo crescente de utilização da Península como plataforma estratégica nuclear».

A Conferência constataria igualmente que «o enorme dispêndio de recursos na corrida aos armamentos tem já incidências na situação social dos povos e na própria possibilidade de livre decisão destes nas mais diferentes questões económicas e políticas».

«Perante esta situação — prossegue o documento — tem havido várias iniciativas para a criação de zonas livres de armas nucleares que, além de constituírem um fim em si mesmas, são ainda um meio para, numa etapa posterior, alcançar o desarmamento geral e completo. Entre as zonas regionais livres de armas nucleares, destacam-se a que foi criada na América Latina (Tratado de Tlatelolco) e outras em negociação para os países nórdicos, a Europa Central e os Balcãs».

Virando-se depois para a realidade específica da Península Ibérica, a Declaração Final da Conferência consideraria que «as consequências de um ataque nuclear contra um dos dois Estados repercutir-se-iam irremediavelmente no outro. As fronteiras políticas que dividem os dois países não poderiam separar o nosso destino comum, o qual seria trágico e irreversível em caso de impacto ou acidente nuclear, qualquer que fosse o ponto da Península a que ocorresse».

«Entretanto Portugal — recordaria o documento — pela sua Constituição, art.º 7.º, preconiza textualmente o «desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva»». Além disso ratificou o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nu-

clears, negociado no âmbito das Nações Unidas».

Quanto a Espanha, «o Congresso de Deputados e o Senado, assim como os Parlamentos de Catalunha e das Canárias, aprovaram, cada um, decisões proibindo o armazenamento, trânsito e instalação de armas nucleares em todo o território. Já se pronunciaram também neste sentido mais de 400 Municipais dos dois Estados Peninsulares, contribuindo assim para o reforço do movimento internacional de municípios pela Paz».

«No entanto — afirma o documento — a presença de bases militares estrangeiras e os sucessivos compromissos mili-

# Propostas de acção

Da «Conferência Luso-Espanhola Por uma Península Ibérica Livre de Armas Nucleares» saiu um conjunto de propostas de acção, a promover de imediato e com vista a iniciativas que se desenrolarão ao longo do próximo ano.

Assim a Conferência propõe um abaixo-assinado comum, a publicação de um boletim, a publicação do Relatório ou Livro da Conferência, a criação do símbolo ou logótipo da campanha (cartaz, autocollante, papel timbrado, exposições, filmes).

Propõe igualmente reuniões ou encontros fronteiriços e regionais (exemplos: Elvas-Badajoz, Vila Real de Santo António-Ayamonte, Minho-Galiza, etc.), bem como apoio à Conferência Internacional de representantes de municípios desnuclearizados, convocada para Córdoba, em Março de 1985.

Estão entretanto previstas uma Conferência Luso-Espanhola de Municípios Por uma Península Ibérica Livre de Armas Nucleares, em Portugal, em 1985, e uma Grande Festa da Paz Luso-Espanhola na fronteira, onde convergirão Marchas da Paz de vários pontos de Portugal e Espanha, em 1985.

E vários Encontros: Encontro de militares (na reserva) e especialistas portugueses e espanhóis sobre questões estratégicas e as razões, implicações e vantagens, no plano da segurança da Península e da defesa nacional de cada um dos dois Estados, por uma Península Ibérica Livre de Armas Nucleares, em 1985, encontros bilaterais de deputados, juristas, escritores e artistas, médicos, investigadores científicos, professores, organizações de jovens, organizações de mulheres, sindicalistas, jornalistas, representantes de círculos e organizações religiosas. E ainda sessões públicas, seminários e colóquios conjuntos.

O estabelecimento e desenvolvimento de relações internacionais com movimentos idênticos dos Balcãs, países nórdicos e outras regiões e com os organismos especializados das Nações Unidas está também previsto nas propostas de acção, no sentido de reforçar o movimento em prol da paz e do desarmamento.

Entretanto, por decisão da Conferência, «a Comissão Promotora, ampliada com os relatores à Conferência e outras personalidades convidadas por consenso, torna-se Comissão de Continuação e Coordenação, com a responsabilidade de definir prioridades e formas de levar à prática estas propostas».

# Participantes: mais de 100

Integraram a lista de participantes portugueses à Conferência Luso-Espanhola Por uma Península Ibérica Livre de Armas Nucleares as seguintes individualidades: eng.º António Azeiteiro, membro do CC do PCP, Paulo Areosa Feio, deputado do PCP e dirigente da JCP, Joaquim Miranda, deputado do PCP, dr. Júlio Almeida Carrapato, presidente da Assembleia Municipal de Faro, dr. Ferreira Alves, Manuel Arlindo Neves, presidente da Câmara Municipal de Gondomar, eng.º Aquilino Ribeiro Machado, ex-presidente da CML e ex-deputado do PS, marcelo Costa Gomes, ex-Presidente da República e presidente do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), general Rangel de Lima, tenente-coronel Melo Antunes, membro do PS, marcelo Costa Gomes, ex-deputado do Conselho da Revolução, coronel Cruz e Oliveira, major Sanches Osório, o escritor José Cardoso Pires, maestro António Victorino d'Almeida, Medeiros Ferreira, a escritora Natália Correia, membro do Conselho da Comunicação Social e ex-deputado do PSD, dr. Silas Cerqueira, membro do Conselho Português para a Paz e Cooperação, eng.º Sousa Marques, ex-deputado do PCP, dr. Helena Rato, António Gonzalez, deputado do partido «Os Verdes», Manuel Lopes, do Secretariado da CGTP-IN e deputado independente pelo PCP, o cantor Carlos do Carmo, o professor e escritor Orlando de Carvalho, o actor Mário Viegas, José Vieira, presidente da Câmara Municipal de Almada e membro do CC do PCP, a costileira Sophia de Mello Breyner Andresen, ex-deputada do PS, dr. Alcina Bastos, dr. Beja Santos,

dr. Melo Biscaia, eng.º Brito Apolinária, presidente da Câmara Municipal da Moita, prof. António Brotas, dr. João Camossa Saldanha, dr. Jorge Campos, presidente da Associação Municipal de Beja, eng.º Luís Marques de Carvalho, Jorge Correia, presidente da Câmara Municipal de Seia, Correio de Fonseca, jornalista e deputado do MDP/CDE, dr. Artur Cunha Leal, coronel Manuel Dantas, coronel Carlos Fábio, Dieter Delling, ex-deputado do PS, pastor Dimas de Almeida, prof. Fernandes da Fonseca, almirante Filgueiras Soares, cimeista José Fonseca e Costa, dr. Victor Garrido, prof. Emídio Guerreiro, reitor da Universidade de Faro, Joel Hassa Ferreira, deputado da UEDS, dr. Mário Moura, a economista Mariana Silva, Marcelo Curto, deputado do PS, Margarida Marques, deputada do PS, dr. Moradas Ferreira, dr. Maria da Glória Pedreira, dr. Parcídio Summavielle Soares, presidente da Câmara Municipal de Fafe, o compositor Jorge Peixinho, prof. Mário Pinto, coronel Pinto Ferreira, Fernando Raimundo Rodrigues, presidente da Câmara Municipal de Ovar, coronel Corte Real, dr. Beatriz Ruivo, padre Joaquim Sampaio, almirante Simões Teles, Soares Louro, ex-deputado do PS e ex-presidente da RTP, padre Sousa Fernandes, Maria do Céu Sousa Fernandes, deputada, a r. Teotónio Pereira, dr. Suleiman Vally Mamede, padre Manuel Vilas Boas, prof. Vilela Mendes.

A lista de delegados espanhóis à Conferência foi a seguinte: Rafael Alberti, poeta, Pedro Arrojo, pacifista, José Luis Barros, médico,

formalmente aos Governos de Portugal e Espanha que subscreviam um Tratado Internacional que declare os seus territórios como Zona Livre de Armas Nucleares e que, complementariamente, tomem as medidas necessárias para o reconhecimento e a garantia de cumprimento desse Tratado por parte de organismos internacionais e potências nucleares».

Finalmente «a Conferência dirige um apelo aos povos de Espanha e Portugal para que cooperem num amplo movimento de opinião, em acções convergentes e comuns de modo a tão justo e premente objectivo ser prontamente alcançado».

**Avante!**  
Proletários de todos os países UNI-VOS!

**O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo**

DISTRIBUIÇÃO:  
CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais, Av. Santos Dumont 57 2.º - 1000 Lisboa. Tel. 693908/699615. 792828/79825/769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Sécuro, 80 - 1200 Lisboa Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alcaçova de Baco 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 792828/699615.

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreno da Eiva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS:  
Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa Tel. 764020

EXPEDIÇÃO:  
R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL:  
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 776938/776750 - Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto Tel. 381067

Composto e impresso na Héska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/84

**Tragem do mês de Setembro: 39 387**

**Assembleia da República**

**Por iniciativa do PCP**

**Salários em atraso voltam à Assembleia**

Uma vez mais os comunistas apresentam na Assembleia da República um projecto de lei sobre os salários em atraso. Uma vez mais a maioria se prepara para recusá-lo, preocupada sobretudo com a questão dos aumentos de vencimentos para os deputados. Isto é, enquanto permitem que 150 mil trabalhadores activos do País não recebam pelo seu esforço produtivo, duas centenas de deputados — os da maioria mais os do CDS — acham urgentíssimo atribuírem-se um aumento de 50 por cento e franzem o nariz a um projecto de diploma que visa minorar um flagelo nacional criado por uma política desastrosa.

Mas os deputados da maioria não têm apenas urgência em se aumentarem a si próprios. Também se apressam a meter na calha do plenário a proposta governamental de aumento das rendas de casa.

Com efeito, apesar de vir em último lugar das prioridades da lista elaborada na conferência de líderes, — que prevê a discussão do Orçamento de Estado para 85 em primeiro lugar — o que efectivamente o Governo e a maioria pretendem é aprovar rapidamente a proposta sobre os aumentos de rendas de casa, proposta que a Comissão de Equipamento Social já apreciou com invulgar celeridade.

A lista das pressas não acaba aqui. Se o Orçamen-

to de Estado para o próximo ano pode esperar — até porque a maioria não dá mostras de entendimento sobre o montante dos «buracos» que irão ser apresentados — e se algumas prioridades são apenas para portugueses ver — é o caso do debate sobre a adesão à CEE —, às prioridades «verdadeiras» (aumentos dos deputados e das rendas de casa) junta-se a urgência governamental em que a maioria aprova as alterações ao Regimento, cujo articulado, no fundamental, se destina a paralisar a oposição e, muito especialmente, o PCP.

Com alterações ao Regimento ou sem elas, porém, sabem todos que os comunistas não deixam de exercer os seus direitos — neste caso os de uma vigorosa oposição à política da maioria PS/PSD e do seu Governo. E, nessa oposição vigorosa, sobressaem as iniciativas de carácter positivo, como é o projecto de lei sobre os salários em atraso que hoje se vai discutir. E as iniciativas que, apesar de fundamentalmente críticas não excluem — antes pressupõem — a apresentação de uma política alternativa à que tem sido seguida. É o caso da interpeleção ao Governo sobre política educativa que está prevista para a próxima semana e cujo trabalho preparatório tem envolvido o esforço de muitos deputados do PCP.

**Interpeleção sobre educação**

**Intenso trabalho preparatório mobiliza os deputados comunistas**

A preparação da interpeleção ao Governo sobre política educativa, marcada pelo PCP para os dias 28 e 29 do corrente tem mobilizado muitos deputados do grupo parlamentar comunista por todo o país. Com efeito grande número de visitas têm sido realizadas visando recolher elementos e informações sobre a situação nas escolas. Apesar de os deputados do PCP e nomeadamente os que mais directamente estão ligados às questões do ensino, estarem aptos a uma interpeleção ao Governo por conhecerem bem os problemas ligados à realidade nacional neste campo, o estilo de trabalho dos comunistas privilegia uma directa ligação às massas, ouvindo opiniões, recolhendo elementos. É esse trabalho preparatório que tem sido levado a cabo desde o início do mês e que ainda não parou.

As ideias com que os deputados partiram têm — infelizmente! — sido confirmadas ao longo das várias visitas e encontros. Se em 30 de Outubro o grupo parlamentar possuía elementos suficientes para afirmar no texto do documento dirigido ao Presidente da Assembleia da República requerendo a interpeleção, que «o sistema educativo em Portugal está a atingir uma situação caótica», os exemplos que se lhes depararam um pouco por todo o lado não têm feito senão reforçar essa ideia e essa afirmação.

Para além das visitas a escolas, acompanhadas em muitos casos por eleitos locais, tem-se realizado encontros de deputados comunistas com Conselhos Directivos do Preparatório e do Secundário, com directores de escolas primárias, com Conselhos Directivos e Associações de Estudantes do Ensino Superior, com reitores de Universidades — caso da Universidade de Coimbra, da Universidade de Aveiro e do encontro já solicitado com o Reitor da Universidade de Lisboa. Os deputados também se encontraram com os Sindicatos dos Professores da Região Norte e da Região Centro, e com o Sindicato da Zona Sul prevendo-se ainda um outro com o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa.

No âmbito da preparação da interpeleção há ainda a sublinhar encontros com Técnicos do Ensino. Além dos encontros realizados, foi enviada a todas as Câmaras Municipais do país uma circular solicitando elementos sobre o funcionamento das escolas e da rede escolar em geral e sobre o transporte escolar e os problemas levantados pela transferência de competências. A esta circular já muitas autarquias responderam com abundância de elementos.

**Visita ao Algarve**

O Presidente do grupo parlamentar do PCP, camarada Carlos Brito, e a deputada comunista Margarida Tengarrinha deslocaram-se ao Algarve no passado fim-de-semana. Acompanhados por Carlos Luis Figueira, do CC, tiveram encontros com os conselhos directivos das escolas secundárias «João de Deus» e «Tomás Cabreira», em Faro. Foram também recebidos pelo Vice-Reitor da Universidade do Algarve e tiveram ainda uma reunião com dirigentes do Sindicato

de Professores da Zona Sul. Como refere uma nota da SIP da DORAL sobre a visita, «das reuniões efectuadas salienta-se a profunda degradação a que se vem assistindo nos vários sectores do Ensino na Região».

**Nota exemplificativa:**  
**Escolas superlotadas, encarecimento do material escolar, deficiências nos transportes, insuficiências de subsídios aos estudantes, são, entre outros, motivos para elevados índices de insucesso escolar e aumento da fuga à escolaridade obrigatória.**

Em Faro as duas escolas secundárias projectadas para 700/800 alunos têm neste momento mais de 2400 cada. Esta situação de autêntica rotura coloca a extrema necessidade da construção urgente de uma nova escola secundária em Faro, sem o que não será possível continuar a responder ao afluxo anual da população estudantil.

**A degradação dos edifícios e do mobiliário acentua-se dada a intensa utilização a que são sujeitos sem que para tal as escolas possam verbas para acorrer às reparações necessárias. Não fosse a dedicação e empenhamento dos conselhos directivos, a cuja acção se devem muitas soluções de recurso, e hoje a situação seria dramática em muitos destes casos.**

No que toca ao Ensino Superior, a nota da SIP/DORAL adianta que a visita releveu ainda:

A Universidade do Algarve continua a viver no meio de enormes dificuldades. Repartida por vários locais da cidade o que faz dela a originalidade de ser uma universidade itinerante, só recentemente foram reforçadas as verbas necessárias para pagar salários ao pessoal docente.  
Todavia não dispõe de verbas para comprar livros nem material para laboratório e, para acolher os alunos deste segundo ano de existência, teve de recorrer ao expediente de construir mais um anexo ao pavilhão provisório onde as aulas se iniciaram.  
Igualmente grave e escandalosa é ainda a situação em que se encontram os estudantes, dado que o Ministério de Seabra não considerou necessário dotar a Universidade com verba para apoio a refeições, instalações e material escolar.

**Outras visitas**

Muitas visitas se realizaram já, enquanto se preparam outras. Amanhã, por exemplo, os deputados da Comissão de Ensino — Zita Seabra, Jorge Lemos e Paulo Areosa —, juntar-se-ão aos seus camaradas eleitos por Setúbal para uma visita ao distrito, que inclui encontros com eleitos locais que acompanharão em todos os concelhos os contactos a realizar, findos os quais será o balanço da jornada.

No princípio da semana, os deputados visitaram algumas zonas do distrito da capital. Participaram as camaradas Jorge Lemos, Alda Nogueira, Carlos Carvalhas, Paulo Areosa, Octávio Teixeira, Jorge Patrício, Mariana Lanita, Manuel Fernandes e o deputado independente Anselmo Aníbal. Na segunda-feira foram visitados estabelecimentos de ensino da linha de Sintra e os Olivais, a Escola Náutica e o ISEF — havendo aqui contactado com a respectiva Associação de Estudantes. No dia seguinte, os deputados encontraram-se com estudantes do Ensino Superior na Cantina da Universidade de Lisboa e estava marcada para ontem uma visita à Faculdade de Direito e um encontro dos deputados José Magalhães e Jorge Lemos com o respectivo Conselho Directivo.

Em Portalegre, o deputado Joaquim Miranda iniciou no

princípio da semana contactos com várias escolas em diversos concelhos do distrito, que visitou acompanhado por eleitos locais.

A deputada Zita Seabra solicitou para esta semana um encontro com o Reitor da Universidade de Aveiro e com a respectiva Associação de Estudantes, prevendo-se também uma visita à Escola Secundária «José Estêvão» e um encontro com o seu Conselho Directivo. A mesma deputada, com os camaradas Jorge Lemos e João Abrantes estiveram em Coimbra no passado dia 9 e visitaram escolas do Secundário e do Preparatório, encontrando-se também com a Direcção da Associação Académica, e com o Reitor da Universidade e com o Conselho Directivo do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra.

Visitas e encontros têm-se ainda realizado em outros distritos e outras estão agendadas para breve. No passado dia 2 do corrente, Zita Seabra, Jorge Lemos e Paulo Areosa, acompanhados por deputados eleitos pelo Porto visitaram escolas e encontraram-se com dirigentes do Sindicato dos Professores da Região Norte.

O trabalho preparatório não terminou. O balanço será feito e levado à Assembleia. Para o debate. Veremos como reagem os responsáveis do caos que os comunistas têm verificado no país.

**Poder local**

**Câmara de Guimarães APU vence prepotência PS**

O vereador da Aliança Povo Unido na Câmara Municipal de Guimarães apresentou, na última reunião do executivo, uma proposta para que a Câmara chamasse a si as delegações de poderes que tinha conferido ao presidente (PS) na área dos pelouros que foram sectária e antidemocraticamente retirados à APU pelo presidente (pelouros de tráfego, trânsito e habitação), proposta que foi votada e aprovada por maioria.

Segundo a APU de Guimarães, «esta posição da maioria é a demonstração de que o PS não pode fazer da Câmara sua coudada sua e que a não existência de uma maioria absoluta permite, neste caso, que todas as forças participem na vida do município». E acrescenta: «A retirada de pelouros ao vereador da APU, que durante cinco meses os dirigiu com um saldo altamente positivo, só serviu para prejudicar os municípios».

**APU requiere sindicância na Câmara de Santarém**

A Aliança Povo Unido, através do seu vereador na Câmara Municipal de Santarém, requereu no passado dia 22 de Outubro a abertura de uma sindicância ao Serviço Técnico de Obras (STO) e Secção de Obras (SO) da autarquia, na sequência de insistentes e prolongados rumores da existência de corrupção, compadrio e ilegalidades pretensamente cometidas por funcionários destes serviços. A proposta/requerimento da APU seria aprovada por unanimidade.

A APU considera que da sindicância só pode resultar a clarificação de um assunto que se arrasta há mais de um ano, entre rumores e acusações públicas de um membro do PS, vogal da Assembleia Municipal e presidente da Junta de Freguesia de Marvila, de que há corrupção nos STO e SO da autarquia. Essas acusações feitas pelo referido vogal do PS entrariam, aliás, formalmente na Câmara pela sua própria mão, sendo depois estranhamente retiradas. Logo aí a APU requeria o necessário esclarecimento sobre esse documento, o que foi rejeitado pela maioria PS/AD e apesar de o presidente da Assembleia Municipal ter recomendado ao presidente da

**PCP**

**PCP protesta junto da RTP**

Uma delegação do PCP, composta por Carlos Brito, membro da Comissão Política do PCP, e Vítor Dias, membro do Comité Central, avistou-se segunda-feira com o presidente do Conselho de Gerência da RTP.

O encontro, realizado a pedido do PCP, teve em vista transmitir ao CG da RTP as críticas e reclamações do PCP em relação à política de informação que tem sido seguida pelo mais influente órgão de comunicação social do sector público, designadamente desde a tomada de posse do Governo PS/PSD.

Neste âmbito, a delegação do PCP protestou nomeadamente contra a extrema governamentalização da informação da RTP que é acompanhada por uma insignificante cobertura das actividades, inicitivas e tomadas de posição do PCP, pelo completo abandono por parte da RTP da prática de ouvir os partidos da oposição a respeito de importantes acontecimentos ou de graves decisões governamentais e pelo escandaloso afastamento do PCP de entrevistas ou debates sobre os problemas nacionais.

A delegação do PCP, entre outros dados e elementos, referiu que, por exemplo, de Ja-

neiro a Setembro de 1984, nos serviços noticiosos da RTP-1, o PCP ocupou cerca de 27 minutos (média mensal de 3 minutos) enquanto o Governo e os partidos do Governo ocuparam mais de 14 horas (média mensal de 1 hora e 30 minutos), isto é, 28 vezes mais.

Chamou a atenção para que, em relação a importantes questões (aumentos de preços, «buraco orçamental», negociações com o FMI, adesão à CEE), a RTP não tem mostrando qualquer interesse em ouvir os partidos da oposição.

Referiu também que, desde há um ano, a RTP não transmite qualquer entrevista com o secretário-geral do PCP e que, desde a tomada de posse do actual Governo, o PCP apenas participou num debate televisivo.

A delegação do PCP reclamou do CG da RTP uma profunda rectificação da orientação que tem conduzido a uma extrema governamentalização na informação da RTP e a graves discriminações contra o PCP, em ostensiva violação dos princípios constitucionais e da legalidade democrática.

A SIP do PCP divulgará proximamente um «dossier» sobre aspectos da política de informação da RTP durante a vigência do Governo PS/PSD.

**Trás-os-Montes As inaugurações: antes e depois**

Vai para dez anos chegavam com banda e fanfarras, mais uns meninos vestidos de marinheiro a agitar bandeirinhas. Havia o beijinho da ordem e um senhor, também ele vestido de marinheiro (mas muito mais velho do que os que usavam o mesmo guarda-roupa), com a tesoura a substituir a bandeirinha, chegava, falava (?) e dirigia-se imediatamente para uma fila.

Passados uns tempos lá voltava e, com a mesma tesoura, cortava a mesma fila entretanto remendada, e dizia o mesmo de sempre. Em dez anos que nos separam, mudaram-se os costumes. Já não vêm de marinheiro com uma tesoura a tira coio, trazem papéis para assinar e uma caneta. Mudou o discurso, não no conteúdo mas apenas na forma.

O caso foi o seguinte, vai para três anos, um jornal transmontano dizia que lá arrancar a via rápida do Marão e que entraria em funcionamento um Centro de Formação Profissional. Vem o secretário de Estado e... «que muito obrigado, que muito obrigado, foi um gesto belo, não foi?»; três anos depois, o actual titular da mesma secretaria vem e faz a «entrega formal do projecto do Centro», uma assinatura acolá e «que muito obrigado, que muito obrigado por vos ter sido útil...»

Mas também não podemos ser maus, dizer que o Centro foi demasiadas vezes inaugurado... Não o foi e para o provar está a construção da via rápida do Marão. Foi também em 1981 — a 1 de Abril, como são únicas estas coincidências

— que o mesmo jornal fala deste troço de estrada. De então para cá já foi inaugurado 14 vezes, não tendo sido construído nenhum troço (e a obra deveria ter sido concluída em 1985). «Já cá vieram discursar — diz-nos a DORT —, inaugurar ou adjudicar, entre outros, Sá Carneiro, Balsemão, Rebelo de Sousa, Luis Barbosa, Ângelo Correia, Mota Pinto, Rosado Correia e Eugénio Nobre. Alguns mais do que uma vez. Balsemão é o recordista: 4 vezes».

Como já dissemos é a DORT que nos está a contar a história, foi este organismo do PCP que lançou um comunicado onde frisa que, como ainda nenhum dos 14 lanços está concluído, é muito natural que a via rápida do Marão nos ofereça mais 14 inaugurações, no mínimo.

O secretário de Estado do Emprego foi o último destes personagens a aparecer, por este motivo no Nordeste Transmontano. Em Trás-os-Montes estão em risco de encerrar as Minas da Borralha e o patronato tem uma dívida de 18 mil contos para com os mineiros, estão prestes a fechar as portas e a despedir os trabalhadores um sem número de empresas dos mais variados ramos de actividade.

«O que o sr. secretário de Estado não quer — diz a DORT — é resolver as trágicas consequências da política de direita — de que o seu Governo é o expoente máximo — que, de 79 a 83, fez desaparecer 1600 postos de trabalho no distrito, são os problemas dos mais de 10 mil desempregados da região».

Câmara, Ladislau Botas, que considerasse devidamente o assunto. Entretanto os rumores de corrupção adensaram-se ao longo do tempo.

Deste modo o requerimento da APU agora apresentado e aprovado por unanimidade, mais não faz — como sublinha a DORSA do PCP — que concluir a sua acção de vigilância e esclarecimento em torno deste caso.



**Hospital «piora» em Serpa**

Em comunicado à população, a Câmara Municipal de Serpa, a Mesa da Assembleia Municipal e diversas entidades ligadas às questões autárquicas e de Saúde no Concelho, constata os atrasos que se têm verificado na abertura de concursos e consequente preenchimento de vagas quer ao nível do Centro de Saúde quer ao nível do Hospital Distrital de Serpa, o que circunstanciou o encerramento do Serviço de Urgência do Hospital Distrital de Serpa e degradou ainda mais a assistência médica no Concelho.

Face a isto exige-se das entidades competentes — nomeadamente o Ministério da Saúde, a Administração Regional de Saúde do distrito de Beja e Direcção Geral de Hospitais — que sejam preenchidas as vagas (sete), que seja encontrada solução para a reabertura dos Serviços de Urgência do Hospital e que se abram os concursos que proporcionem a colocação de todos os médicos que estão previstos para a cobertura do concelho a nível de clínicos gerais e quadro hospitalar.

**Delegação do PCP na Checoslováquia**

O camarada Vasil Bilak, membro da Presidência e Secretário do CC do Partido Comunista da Checoslováquia, recebeu, dia 6 de Novembro no Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia, o camarada Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, por ocasião da sua visita à República Socialista da Checoslováquia.

Os dois representantes informaram-se mutuamente sobre as tarefas actuais dos dois Partidos irmãos e confirmaram a identidade das opiniões quanto ao desenvolvimento ac-

tual da situação internacional e do movimento comunista e operário internacional.

Exprimiram uma profunda satisfação sobre o nível da cooperação existente entre o PCC e o PCP assim como a prontidão de aprofundar e desenvolver ainda mais estes contactos nos princípios do marxismo-leninismo e internacionalismo proletário, em benefício dos partidos comunistas e povos dos dois países. Participou também neste encontro o camarada Radoslav Klein, Vice-Chefe da Secção Política da Internacional do CC do PCC.

**Delegação na RDA**

Uma delegação de estudo do nosso Partido, sobre questões do Planeamento a Longo Prazo, composta por Carlos Carvalhas, membro do Comité Central, F. Soeiro e Eduardo Silva, membros da Comissão para as Actividades Económicas junto do CC do PCP, visitou a RDA, de 23 a 29 de Outubro, tendo sido recebida por Karl Janson, responsável pelo departamento da Economia Socialista do PSUA.

Durante a sua estadia na RDA, a delegação do nosso Partido teve encontros de trabalho com a Comissão Central do Plano e no Instituto de Estudos dos Complexos Industriais.

Deslocando-se ao distrito de Erfurt foi recebida por Kurt Rundnagel, secretário do Partido no distrito, visitou uma empresa de electrónica e teve encontros nas Câmaras Municipais de Erfurt e Arnstad bem como no Conselho Municipal do distrito.

Esta visita, que se insere no quadro das relações de cooperação, amizade e solidariedade existentes entre o PCP e o PSUA, possibilitou o conhecimento da política do PSUA no domínio referido, assim como o contacto directo com a realidade socialista da RDA noutros domínios.

**Saudação do PCP ao XIV Congresso do PC Colombiano**

O CC do PCP enviou ao CC do Partido Comunista Colombiano a seguinte saudação:

Queridos camaradas  
O Comité Central do Partido Comunista Português saúda calorosa e fraternalmente o XIV Congresso do Partido Comunista Colombiano e, por intermédio dos seus delegados, todos os comunistas, a classe operária e os trabalhadores colombianos.

O PCP tem acompanhado com vivo interesse a evolução da situação política no vosso país e as tendências positivas entretanto surgidas, que são, indubitavelmente, fruto da corajosa e persistente luta travada, sob as mais diversas formas, pelas massas trabalhadoras e pelo campesinato da Colômbia.

Nas diferentes e múltiplas frentes da luta popular, os comunistas colombianos têm desempenhado e continuam a desempenhar um papel de enorme importância. O PCP reafirma, nesta ocasião, ao PCC, a sua activa solidariedade para com a sua luta em defesa dos interesses da classe operária e das massas trabalhadoras, para pôr fim à brutal violência da oligarquia dominante, apoiada ao imperialismo dos EUA, e conquistar as liberdades democráticas, o progresso social e defender a independência nacional das pressões e ingerências do imperialismo norte-americano.

Queridos camaradas  
A política da Administração Reagan orientada para a conquista da supremacia militar e da hegemonia política mundial, para a submissão de povos e países aos seus ditames, para impedir a luta libertadora dos trabalhadores e povos, provoca uma desenfadada corrida às armas, obrigando ao dispêndio de colossais gastos, agrava as tensões internacionais e ameaça perigosamente a paz mundial.

No momento em que o vosso Congresso tem lugar é bem patente, designadamente na zona da América Central e Caraíbas, a situação de confronto entre o imperialismo norte-americano que, com o apoio dos governos autoritários e fascistas da região, ameaça e reprime, chegando mesmo à intervenção directa com o caso da criminoso invasão e ocupação de Granada e, a luta patriótica e de libertação dos povos desta zona.

Valorizando as alterações positivas verificadas em vários países da vossa região, o PCP encara com confiança o evoluir da situação, apesar dos perigos reais existentes, e expressa a sua solidariedade militante a Cuba Socialista, à Revolução Sandinista da Nicarágua e à FSLN, à luta heroica dos patriotas de El Salvador e à FDR/FMLN, e aos povos que em todo o mundo, lutando pela sua libertação dão também um contributo decisivo à causa da paz.

A criminoso política do imperialismo norte-americano choca-se com a luta dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo.

Para os comunistas portugueses a defesa da paz e o avanço do processo revolucionário impõem o reforço da coesão e da unidade do movimento comunista internacional e a mobilização de todas as forças democráticas e anti-imperialistas e amantes da paz à escala mundial.

Queridos camaradas  
Em Portugal, os comunistas portugueses lutam pela demissão do actual governo reaccionário de coligação do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, cuja política de restauração dos monopólios e latifúndios e de submissão ao imperialismo norte-americano, agrava profundamente as condições de vida da classe operária e dos trabalhadores, arruina a economia do país e constitui uma série ameaça para as liberdades democráticas, para a independência nacional e para o próprio regime democrático saído da revolução do 25 de Abril e consagrado na Constituição.

Estamos porém confiantes em que tal política será derrotada. A intensa e diversificada luta da classe operária e das massas populares na qual o PCP desempenha um papel determinante, é decisiva para impor a demissão do actual governo reaccionário, alcançar uma alternativa democrática e patriótica e garantir o futuro democrático do Portugal de Abril.

Queridos camaradas  
Desejando os maiores sucessos aos trabalhos do XIV Congresso do vosso Partido e expressamos a nossa vontade de continuar a agir no sentido do reforço dos laços de amizade e solidariedade existentes entre os nossos dois partidos, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Viva o XIV Congresso do Partido Comunista Colombiano!  
Viva a amizade e solidariedade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Colombiano!  
Viva o internacionalismo proletário!

**Nacional**

**Actividades da Portugal-URSS**

A delegação oficial da República Socialista Soviética do Uzbequistão que se encontra em Portugal a convite da Associação Portugal-URSS, promove hoje, às 18 horas, um encontro com os jornalistas, na sede daquela Associação, em Lisboa, a que se seguirá um beberefe.

Na mesma altura, a Comissão Organizadora da Semana de Cinema Soviético fará um balanço daquela iniciativa.

Entretanto, no âmbito das habituais sessões de cinema levadas a cabo pelo departamento de filmes da Portugal-URSS, serão apresentados no próximo dia 17 do corrente os

documentários «Em família de Repúblicas paritárias» e «O caminho para o palco» e, no dia 24, as películas «Não chames kizakiame ao deserto», «Encontro com Mikhaili Sakovskii» e «Concerto festivo». As sessões têm início às 21 e 30, na R. de S. Caetano, 30 (à Lapa).

O núcleo da Associação no concelho de Almada anunciou entretanto que estão abertas inscrições para aulas de iniciação ao Xadrez, na sua sede da Cova da Piedade. As inscrições são gratuitas e abertas a todos os interessados, devendo as aulas iniciar-se a 5 de Dezembro.

PCP

3.ª Assembleia da Célula da SN (fábrica do Seixal — Paio Pires)

Com a participação de 130 delegados em representação dos mais de mil militantes organizados na célula, decorreu recentemente, no pavilhão do clube do pessoal, a 3.ª Assembleia da Célula dos trabalhadores comunistas da Siderurgia Nacional — EP (fábrica do Seixal-Paio Pires). A Assembleia teve como tema «Reforçar a Célula, Alargar a Unidade, Lutar e Vencer» e além de proporcionar um debate dinâmico em torno dos temas referidos no anteprojeto do documento principal, (aprovado por unanimidade com numerosas alterações), procedeu à eleição do novo secretariado da célula, cuja composição integra 42 membros.

A situação, os problemas e as perspectivas da empresa, que representa um núcleo fundamental da economia portuguesa, foram naturalmente aspectos abordados no decurso da Assembleia, que espelhou de igual forma a luta e a acção dos comunistas na defesa dos direitos dos trabalhadores.

As questões da organização do Partido e do trabalho político mereceram também o devido destaque, patente nas intervenções de vários dos 50 núcleos da célula.

Numa palavra, podemos mesmo acrescentar que todos os problemas inerentes à situação dos trabalhadores desfilaram nesta Assembleia dos militantes comunistas: desde a temática sindical, às lutas específicas desenvolvidas, passando por aspectos como a higiene e segurança no trabalho, ou a cooperativa de consumo, o clube de pessoal, a situação económica e financeira e a expansão da empresa, etc.

No decurso dos trabalhos seriam aprovadas diversas moções: de solidariedade com a Reforma Agrária, em defesa do Sector Empresarial do Estado, de solidariedade com os trabalhadores despedidos da Siderurgia, de solidariedade com os trabalhadores que mais sofrem com a política do Governo PS/PSD (os trabalhadores com salários em atraso), sobre a Paz, o desarmamento e a solidariedade internacional, e ainda homenagem à memória do professor Ruy Luís Gomes.

Um membro da Comissão Concelhia do Seixal e Carlos Ramilides, suplente da C. Política do Partido, também intervieram nos trabalhos da Assembleia.

Madeira: «Tudo como dantes...ou pior ainda!»

A Direcção da Organização Regional da Madeira do PCP emitiu recentemente um comunicado sobre a situação decorrente das eleições para a Assembleia Regional realizadas a 10 de Outubro. Nesta nota é salientado que «a anunciada nova composição do Governo Regional, sobre a qual os órgãos de informação tanta propaganda fizeram, veio, ao fim e ao cabo, a traduzir-se no reforço do poder pessoal do dr. Alberto João Jardim, na manifestação de sérias dificuldades em aliar à catastrófica governação regional pessoas com o mínimo de competência e, enfim, no revelar da situação cada vez mais saídas para que o PSD vai empurrando a região».

A verdade — continua a nota — por muito que o governo Regional tente esconder, é que as dívidas governamentais aos empreiteiros e fornecedores continuam por pagar e que os salários aos trabalhadores da construção civil continuam a faltar, as farmácias continuam sem receber a contribuição do governo e que os serviços de saúde e de assistência se degradam de dia para dia por falta de verbas. Nesta situação, «surtem apreensões quanto a futuros pagamentos nas datas previstas aos funcionários do Estado».

«Do futuro Governo Regional — sublinha o PCP — apenas há a esperar o agravar das condições de vida, o encerramento de empresas, os atrasos nos salários e o aumento dos preços dos produtos essenciais».

A DORAM congratula-se pela subida da APU nos Açores e pela eleição do seu primeiro deputado nesta região, sublinhando nomeadamente que «uma nova voz aí se fará ouvir em defesa da classe operária, dos trabalhadores, dos pequenos agricultores e dos interesses da região. A DORAM do PCP saudta este êxito agora obtido, significativo de que a luta em defesa dos interesses do povo dos Açores é cada vez mais reconhecida pelo eleitorado».

Caldas da Rainha: desporto em debate

A Comissão Concelhia das Caldas da Rainha do PCP promove um debate sobre desporto. Nesta iniciativa, que se realiza dia 20, participarão jornalistas, desportistas e o numeroso público que aí acorrerá.

Assim, o debate tem como tema «o desporto ontem, hoje e amanhã» e realizar-se-á na Casa da Cultura desta cidade pelas 21 e 30.

Participam no debate os jornalistas Carlos Pinhão e Homero Serpa e o desportista Alves Barbosa, ex-campeão nacional de ciclismo e vencedor de diversas voltas a Portugal.

CT da Parede tem um ano

Dia 18 é dia de festa na Parede, Cascais. Faz um ano que se inaugurou o novo Centro de Trabalho do Partido nesta localidade.

Para que a festa viva na memória de todos quantos nela participaram, haverá almoço na cooperativa «A linha do Estoril» e espectáculo de música popular portuguesa. Depois, já ao fim da tarde, haverá castanhas e água-pé.

Nesta iniciativa, que se integra na campanha de fundos para a aquisição do Centro, participará o camarada Ruben de Carvalho, membro suplente do Comité Central do PCP e nosso chefe de redacção.

Assembleia do Minho

O trabalho preparatório da 1.ª Assembleia da Organização Regional do Minho do PCP que, a 8 e 9 de Dezembro, reunirá 500 delegados, prossegue a bom ritmo, com a intensificação do número de reuniões para a discussão da proposta de resolução política e para a eleição de delegados.

Um exemplo do empenho com que os camaradas se têm entregado à preparação desta Assembleia, na Assembleia da Organização da Freguesia de Celeiros do PCP, Braga, inscreveram-se no Partido, durante o decorrer do trabalho, cinco novos militantes.

No âmbito do trabalho de preparação da Assembleia da Organização Regional do Minho, estão previstas as seguintes assembleias locais e sectoriais.

Amanhã, em Calendário (Famalicão), pelas 21 e 30 no Centro de Trabalho de Famalicão; Na escola primária e pela mesma hora, em Barqueiros (Barcelos); reuniões também no Centro Cultural de Couto de Cambeses (Barcelos) e na escola primária de Amares (Vila).

No sábado realizam-se plenários em Dume e bairro de Santa Tecla (Braga), em Delães e Riba d'Ave (Famalicão), em São Martinho, Vila Frescainha e Moure (Barcelos). Assembleias ainda em Fafe, Póvoa do Lanhoso, Ponte de Lima e em Guimarães, nas células da Somoelos e da Portucel.

No domingo realizam-se assembleias em Caminha, Terras do Bouro, em Arnoso e em Guimarães, nas células da Coelima e da Lopes Correia.

Para este fim-de-semana estão previstas as seguintes reuniões: amanhã, pelas 21 horas, reuniões em Barqueiros e Couto de Cambeses (Barcelos), e em Nogueira, onde se reuniram Nogueira, Arcos e Friaão.

No sábado, reuniões, também pelas 21 e 30, em Dume e Santa Tecla (Braga). Finalmente, este domingo haverá reuniões em Gualtar, onde se reunirão Gualtar/Este, S. Pedro/Este, S. Mamede e Teões e, em Braga, com Ferreiros, Sequeira e Gondizalves.

Assembleia em Almada

No concelho de Almada estão previstas diversas Assembleias de organismos do Partido. Depois das dos trabalhadores da Sociedade de Reparações de Navios é agora a vez dos militantes no Arsenal do Alfeite, os quais se reúnem no próximo dia 24.

Mas também as organizações locais estão em plenários neste concelho. Temos assim que a 25 de Novembro, se reúne a organização local do Feijó. Depois, já a 15 de Dezembro, é a vez da organização da freguesia da Costa da Caparica.

Finalmente, e já no próximo dia 18, realiza-se a Assembleia de Organização de Célula do Sector da Saúde.

Novo CT em Mortágua

A Comissão Concelhia da Mortágua adquiriu um novo Centro de Trabalho. Para que este investimento possa ser pago está neste momento a decorrer uma campanha de fundos. Assim, até ao fim do ano, esta organização do PCP prestou-se a arranjar 1200 contos.

Neste momento já foram pagos 500 contos e, para que a meta proposta possa ser atingida, a Comissão Concelhia apela a todos os militantes e amigos nascidos em Mortágua e residentes noutros locais para darem também eles a sua contribuição.

A aquisição do novo Centro de Trabalho, bem como o dinheiro já angariado constituem uma grande vitória do Partido neste concelho e a sua utilização revelar-se-á de uma grande importância para o reforço da influência do Partido nesta região.

# Setúbal DORS analisa situação no distrito

• 25 mil sem salário • 3 milhões de dívida do patronato • 10 mil alunos sem aulas • Fome e miséria alastram

A Direcção da Organização Regional de Setúbal (DORS) do PCP reuniu-se há dias no Barreiro para analisar a situação social no distrito, tendo concluído que «a grave situação social que se vive no distrito de Setúbal, em consequência da ofensiva global do Governo contra o regime democrático, está a merecer, de cada vez mais amplas camadas da população, firme repulsa e ineficácia das inspeções e Tribunais do Trabalho, que encorajam o patronato a prosseguir as ilegalidades, as arbitrariedades e prepotências.

Neste distrito, um dos mais afectados pela política anti-económica e antinacional do Governo, assiste-se à degradação económica de sectores e empresas — nomeadamente na construção civil, transportes, siderurgia, indústria naval e energia — cuja actividade é vital para a economia nacional.

Ao mesmo tempo que aumenta o número de empresas a encerrar, sobretudo metalúrgicas, de construção civil e do comércio retalhista, aumentam os contratos a prazo, alargam-se os trabalhadores ao dia e à hora e intensificam-se os ritmos de trabalho. Paralelamente, não são pagos os salários a

cerca de 25 mil trabalhadores de 112 empresas, numa dívida cujo montante ronda os 3 milhões de contos.

Cresce o número de jovens desempregados e a exploração do trabalho infantil, ao mesmo tempo que recrudescem a repressão e as discriminações sobre as mulheres trabalhadoras. Estas medidas são encorajadas pela completa inoperância e ineficácia das inspeções e Tribunais do Trabalho, que encorajam o patronato a prosseguir as ilegalidades, as arbitrariedades e prepotências.

A situação económica no distrito reflecte-se também no aumento do insucesso escolar, que cresce de forma preocupante, acentuando a selectividade no ensino. Ensino que teima em não abrir as suas portas, havendo neste momento cerca de 10 mil alunos sem aulas em todo o distrito, fundamentalmente por falta de instalações e de pessoal administrativo.

A DORS concluiu também que «o aumento constante e generalizado do custo de vida,

bem como as acções do Governo, do patronato e dos divisionistas de boicote à contratação colectiva, reduzem drasticamente o poder de compra dos trabalhadores, com consequências nefastas para o pequeno e médio comércio. Há milhares de famílias subalimentadas. A fome e a miséria alastram. As mulheres sentem com particular angústia esta situação, impotentes para poderem responder às exigências dos agregados familiares. Milhares de reformados, pensionistas e idosos vivem em condições sub-humanas, abaixo dos limites da sobrevivência».

Alarga-se a unidade

«A par do crescente agravamento das condições de vida e de trabalho do povo do distrito, crescem os protestos e a luta contra esta política, exigindo-se a imediata demissão do Governo. Largas camadas solidarizam-se com a classe operária e os trabalhadores, apoiando-os e unindo-se na mesma luta. Amplia-se diariamente a

luta de massas e, quer nas ruas, quer nas empresas ou nos campos, a exigência é comum: Urgente demissão do Governo».

Assim é que, além das diversas acções empreendidas pelos trabalhadores sem salário ou de numerosas empresas com outros problemas, os agricultores manifestam-se pelo abaixamento dos preços dos factores de produção, por preços justos para os seus produtos, e cresce descontentamento entre os pequenos e médios comerciantes e industriais, que vêem afundar-se o negócio com a alta do custo de vida e a falência de maiores empresas de que dependiam.

A DORS, ao «saudar todo o povo do distrito pela coragem e firmeza com que tem sabido enfrentar e resistir à ofensiva do Governo», salienta que, «pela luta, será construída a necessária alternativa democrática, com um novo governo e uma nova política, digna do Portugal de Abril e garante de um futuro melhor para o nosso povo».

# Assembleia Concelhia do Barreiro é já este sábado Comício de encerramento nos Penicheiros

Os trabalhos da 3.ª Assembleia da Organização Concelhia do Barreiro do PCP começam às 9 e 30 deste sábado, na Casa da Cultura dos Trabalhadores da Quimigal, nesta cidade. Depois, pela noite, nos Penicheiros, é tempo de comício-festa, no qual intervirá o camarada Blanqui Teixeira, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Para preparar esta Assembleia, que decorrerá sob o lema «reforçar o PCP, com o Barreiro reforçar Abril», mais de 1500 militantes reuniram-se em cerca de 100 encontros onde foi discutido o projecto de relatório e eleitos os cerca de 500 delegados.

Também o trabalho de propaganda se revestiu de particular dinamismo, sendo hoje visíveis em quase todas as ruas da cidade materiais alusivos à Assembleia. Ainda no âmbito

da preparação desta iniciativa, realizou-se recentemente no Centro de Trabalho concelho um magusto onde se reuniram mais de 120 camaradas e amigos do Partido.

No final dos trabalhos da Assembleia, que termina às 19 horas, haverá um comício-festa nos Penicheiros, já o dissemos. Além da intervenção do camarada Blanqui Teixeira, serão lidas as conclusões deste encontro. Depois, haverá canto

de poesia com José Jorge Leiria, Francisco Naia e os grupos «Amigos do Barreiro» e «Trio Barreirense».



# O Partido e a CP-Barreiro em foco na 4.ª Assembleia da célula

O recrutamento de vinte novos camaradas, o contacto com todos os militantes, a responsabilização de um cada vez maior número de camaradas e a regularização das reuniões dos núcleos são alguns dos objectivos traçados na 4.ª Assembleia da célula da CP-Barreiro do PCP, que se realizou recentemente.

Na Assembleia, que decorreu no Centro de Trabalho Concelhio, os 72 delegados aprovaram ainda como objectivos, a criação de secretariados de núcleo, da comissão de fundos e da comissão de informação e propaganda, bem como a necessidade de melhorar o trabalho com as estruturas unitárias e dar maior atenção ao trabalho com a juventude e com as mulheres. O aumento da venda do «Avante!» e de «O Militante» é outro dos objectivos traçados na Assembleia, bem como o de dar maior atenção aos jornais de

parede existentes na empresa. A redução dos militantes com quotas em atraso a 10 por cento até final do ano e o aumento para 56 escudos da quota média são outros dos objectivos.

A empresa

A situação da CP-Barreiro é gravíssima, no entender dos camaradas que aí trabalham, não só para os trabalhadores, mas também para o público utente, e resulta da política de redução de pessoal e desmembramento de sectores levada a cabo pelo conselho de gerência da empresa.

Assim, são muitas as composições avariadas, quer por falta de material, quer por falta de estruturas para as reparar. Esta situação implica a supressão de diversos comboios por falta de unidades.

No que respeita às condições de trabalho, a sua falta

e o intenso ritmo a que os trabalhadores estão sujeitos devido à diminuição do pessoal, origina um cada vez maior número de acidentes de trabalho.

Também as doenças, muitas delas graves, sofreram um aumento visível em virtude da falta de higiene patenteada em alguns locais de trabalho, que chegam a ser insalubres.

Situação no concelho da Moita

A Comissão Concelhia da Moita do PCP reuniu-se recentemente para analisar a situação económica e social vivida nesta região, tendo concluído que no concelho os reflexos da política antinacional deste governo «são sentidos de sobremaneira pelas populações, nomeadamente pelas famílias dos que nas grandes empresas trabalham e não têm salários, vivendo já o drama da insegurança no futuro, da fome e das privações mais gerais».

Nesta reunião constatou-se que são já numerosas as pequenas e médias empresas que abriram falência ou onde não são pagos os salários. São disso exemplo a Socorquex, a Charepe, a corticeira Ibérica, a Coral, a GEFA, a Combi-camp, a creche «O Chartot» e a Novobra.

Esta situação reflecte-se no sector do comércio e no aproveitamento escolar dos filhos dos trabalhadores destas empresas.

# Campanha do Vitória Atingir 35 mil contos até final do ano

Tendo em conta as metas definidas pelas organizações concelhias e sectores até ao fim do ano, a DORL do PCP decidiu estabelecer como objectivo a alcançar até lá a quantia de 35 mil contos — eis a primeira informação que o «Avante!» seleccionou esta semana, a propósito da campanha em curso para a aquisição do Centro Vitória, uma campanha que, como já referimos várias vezes, ultrapassou o distrito de Lisboa, registando-se numerosos casos de solidariedade e apoio ao esforço de toda a ORL do PCP. Ainda recentemente, na 1.ª Assembleia da Organização Local do Porto, assim sucedeu. Ai seria aprovada, como informámos na passada semana, uma moção em que os comunistas portugueses, reafirmando o seu apoio à campanha e ao empenhamento dos comunistas de Lisboa, prometem enviar 100 mil escudos, da verba entretanto conseguida com a campanha de Natal. Um gesto solidário e simpático que os militantes comunistas de Lisboa certamente não esquecerão.

E já que se falou do Natal — quadra que se aproxima rapidamente —, é de salientar que a grande banca do Vitória abre hoje, dia 15 de Novembro, e este ano sob o lema «O Vitória para o Partido». Esta banca gigante, onde se encontrará de tudo, para todos os gostos e para todas as bolsas, funcionará diariamente das 10 às 21 e 30, excepto aos domingos (das 13 às 20 horas). Além do Vitória, outros Centros de Trabalho preparam as suas bancas de Natal, nomeadamente os de Alfama, Amadora, Damaia, V. Franca de Xira, Vialonga, Odivelas, Sacavém, S. Iria de Azóia, Cacém, Camaxide, Torres Vedras, Alenquer e Azambuja.

A rifa

Neste breve apontamento, brevemente a campanha da rifa, que digam-se de passado, os últimos dias do ano — a rifa —, foram zembrosos devolvidos os cartões de rifa.



Bancas de rua com um bom pessoal. Vender a rifa é uma tarefa importante.

de Montachique, uma oportunidade para a rifa, que vai começar a 19 de Dezembro e cuja duração será de dois meses. Os brindes: um simpático Cavalo, viatura económica, aparelho de TV a cores e discos.

Os tal como a rifa é um elemento importante para a divulgação da campanha.



# A 8 de Novembro 22 523 560\$10

O último apuramento da campanha, de 8 de Novembro registava já uma verba superior a 22 mil contos. Concretamente: 22 523 560\$10. Esta quantia resulta da soma das seguintes contribuições:

Alenquer	474
Arruda dos Vinhos	201
Azambuja	27
Cadaval	15
Mafra	111
Lourinhã	5
Sobral	25
Torres Vedras	126
Amadora	582
Cascais	553
Camaxide	884
Oeiras	120
Sintra	253
Queluz	724
Loures-Ocidental	27
Loures-Oriental	759
Vila Franca de Xira	996
CLL	8 061
Bancários	908
Seguros	159
S. Público	446
Transportes	1 504
Função Pública	651
S. Saúde	839
S. Informação	189
S. Intelectual	953
S. Sindical	254
SIF DORL	139
CT Vitória	124
Diversos	72
DORL	2 145
<b>TOTAL</b>	<b>22 523 560</b>

# Porto 1.ª Assembleia da ORP a 1 e 2 de Dezembro

A Direcção da Organização Regional do Porto (DORP do PCP) convocou para os próximos dias 1 e 2 de Dezembro a 1.ª Assembleia da Organização Regional.

A realização desta Assembleia corresponde à necessidade de dar um balanço à luta, à intervenção e acção do Partido no distrito e de aprofundar, à luz das conclusões do X Congresso, as linhas fundamentais de trabalho e de reforço do Partido. Corresponde também a uma preocupação constante de aprofundar a intensa vida democrática do Partido e de dar cumprimento à orientação dada pelo X Congresso de realização das assembleias das grandes organizações partidárias, dando assim cumprimento aos preceitos estatutários do Partido.

A Assembleia, que tem também por objectivo a eleição da Direcção da Organização Re-

gional do Porto, decorrerá no Teatro Rivoli, na cidade do Porto, com início no dia 1 de Dezembro, sábado, às 15 horas e encerrando no domingo, dia 2, às 17 e 30 horas, com uma intervenção do secretário-geral do Partido, camarada Alvaro Cunhal.

É o seguinte o horário previsto para os trabalhos da Assembleia:

**Sábado**, dia 1 — 1.ª sessão (das 15 h exactas, às 17 h); 2.ª sessão (das 17.30 h às 20 h).

**Domingo**, dia 2 — 3.ª sessão (das 9 h às 11 h); 4.ª sessão (das 11.30 h às 13.30 h); 5.ª sessão (das 15.30 h às 16.30 h).

Comício final às 17 horas. A Direcção da Organização Regional do Porto, no projecto de regulamento a apresentar à Assembleia, estabeleceu a proporção de representação de 1 delegado por cada 30 militantes.

Durante o mês de Novembro realizam-se em todas as organizações assembleias para eleição dos delegados e discussão do projecto de Resolução Política. A DORP chama a atenção dos vários organismos do Partido para o facto de todos os militantes terem que ser convocados para as assembleias respectivas garantindo assim o direito estatutário de todos os militantes poderem participar na eleição e poderem ser eleitos delegados.

Após a realização das assembleias devem ser feitas as actas, preenchidas as fichas

dos delegados e enviadas de imediato para a DORP.

Resolução Política

O projecto de Resolução Política, que está em distribuição por todas as organizações e militantes, deve merecer uma particular atenção por parte de todos os camaradas e constituir a base de um amplo debate de todo o colectivo partidário do distrito do Porto.

A Resolução Política a sair da Assembleia irá ser o documento orientador do trabalho futuro de acordo com a orientação geral do Partido. É, pois, necessário que toda a organização do Partido a estude e faça chegar à comissão de redacção todas as propostas de alteração de fundo e de forma, que julgue necessárias para o seu melhoramento.

# Lisboa 2.ª Zona tem Assembleia no domingo

As propostas que chegarem até ao dia 25 de Novembro serão apreciadas e tidas em conta nas propostas de alteração a distribuir por escrito à Assembleia.

Vão também ser distribuídos os cartões de convidados. Todos os organismos devem desde já decidir quem convidar e concretizar rapidamente os convites. O período da intervenção do camarada Alvaro Cunhal é aberto ao público.

Outras questões: o cartaz da Assembleia estará em distribuição nas organizações do Partido no dia 16 de Novembro; é necessário assegurar com rigor um conjunto de tarefas técnicas (dactilografia e reprografia, serviços de apoio aos delegados e outros serviços, refeições, dormidas, etc.) que no concreto serão discutidas com os vários organismos.

Reforçar o Partido a Unidade, Continuar a lutar... É sob este lema que nos próximos dias, a 1.ª Assembleia da ORL do Porto, a 2.ª Zona do Porto, a 3.ª Zona do Porto, a 4.ª Zona do Porto, a 5.ª Zona do Porto, a 6.ª Zona do Porto, a 7.ª Zona do Porto, a 8.ª Zona do Porto, a 9.ª Zona do Porto, a 10.ª Zona do Porto, a 11.ª Zona do Porto, a 12.ª Zona do Porto, a 13.ª Zona do Porto, a 14.ª Zona do Porto, a 15.ª Zona do Porto, a 16.ª Zona do Porto, a 17.ª Zona do Porto, a 18.ª Zona do Porto, a 19.ª Zona do Porto, a 20.ª Zona do Porto, a 21.ª Zona do Porto, a 22.ª Zona do Porto, a 23.ª Zona do Porto, a 24.ª Zona do Porto, a 25.ª Zona do Porto, a 26.ª Zona do Porto, a 27.ª Zona do Porto, a 28.ª Zona do Porto, a 29.ª Zona do Porto, a 30.ª Zona do Porto, a 31.ª Zona do Porto, a 32.ª Zona do Porto, a 33.ª Zona do Porto, a 34.ª Zona do Porto, a 35.ª Zona do Porto, a 36.ª Zona do Porto, a 37.ª Zona do Porto, a 38.ª Zona do Porto, a 39.ª Zona do Porto, a 40.ª Zona do Porto, a 41.ª Zona do Porto, a 42.ª Zona do Porto, a 43.ª Zona do Porto, a 44.ª Zona do Porto, a 45.ª Zona do Porto, a 46.ª Zona do Porto, a 47.ª Zona do Porto, a 48.ª Zona do Porto, a 49.ª Zona do Porto, a 50.ª Zona do Porto, a 51.ª Zona do Porto, a 52.ª Zona do Porto, a 53.ª Zona do Porto, a 54.ª Zona do Porto, a 55.ª Zona do Porto, a 56.ª Zona do Porto, a 57.ª Zona do Porto, a 58.ª Zona do Porto, a 59.ª Zona do Porto, a 60.ª Zona do Porto, a 61.ª Zona do Porto, a 62.ª Zona do Porto, a 63.ª Zona do Porto, a 64.ª Zona do Porto, a 65.ª Zona do Porto, a 66.ª Zona do Porto, a 67.ª Zona do Porto, a 68.ª Zona do Porto, a 69.ª Zona do Porto, a 70.ª Zona do Porto, a 71.ª Zona do Porto, a 72.ª Zona do Porto, a 73.ª Zona do Porto, a 74.ª Zona do Porto, a 75.ª Zona do Porto, a 76.ª Zona do Porto, a 77.ª Zona do Porto, a 78.ª Zona do Porto, a 79.ª Zona do Porto, a 80.ª Zona do Porto, a 81.ª Zona do Porto, a 82.ª Zona do Porto, a 83.ª Zona do Porto, a 84.ª Zona do Porto, a 85.ª Zona do Porto, a 86.ª Zona do Porto, a 87.ª Zona do Porto, a 88.ª Zona do Porto, a 89.ª Zona do Porto, a 90.ª Zona do Porto, a 91.ª Zona do Porto, a 92.ª Zona do Porto, a 93.ª Zona do Porto, a 94.ª Zona do Porto, a 95.ª Zona do Porto, a 96.ª Zona do Porto, a 97.ª Zona do Porto, a 98.ª Zona do Porto, a 99.ª Zona do Porto, a 100.ª Zona do Porto.

# ...nil dos ano

adadamente fora do Partido, estando vivo interesse nas festas de carácter público, e nas convívios e nas festas. Onde são postas à venda passagens — desaparecendo rapidamente. As festas de fim de ano, em Lisboa, são vendidas até 19 de Dezembro. Devem ser desde logo adquiridas, como nos salientam as camaradas da comissão da

**Banca de Natal**  
CENTRO DE TRABALHO VITÓRIA  
"O VITÓRIA PARA O PARTIDO!"  
Em funcionamento a partir de: **15 de Novembro** diariamente das 10 às 21,30h. domingos das 13 às 20,00h.  
Camarada, Amigo!  
**VISITA-NOS!**  
Encontrarás presentes para todos os gostos e para todas as bolsas

as festas de fim de ano, na zona de Lisboa. Com base em fotografias dos enormes panos que há anos sucessivos se renovam na fachada do edifício da Vitória, estão a



com a venda bom meio de levar a campanha a um número crescente de pessoas. A rifa é divertida com êxito — diz a experiência das organizações

que, Loures) apanha. Esta referência à campanha da Vitória é o seu ponto de partida. Há três alianças de tipo «porta-emprego» que estão a ser preparadas economicamente pelas organizações de combate à fome e de Sacavém, respectivamente para os dias 27 e 28 deste mês, e para 1 de Dezembro.

panos de Vitória as festas de fim de ano

Por hoje duas últimas palavras sobre uma colecção de panos, que estamos certos, vai agradar a muita gente, e sobre

## 1500 contos para o CT da Covilhã

Comissão Concelhia da Covilhã do PCP lançou uma campanha extraordinária de recolha de fundos no montante de 4 mil e 500 contos, com vista a pagar dinheiro para o pagamento do investimento em que se realizou a compra do edifício onde funciona o Centro de Trabalho Concelhia. Este organismo do PCP está a desenvolver, apesar das dificuldades económicas presentes e das dificuldades da política do governo PSD, os militantes, os simpatizantes do Partido Democrata da Covilhã, responderão em absoluto

## Asssembleia da Concelhia

Decorreram dentro dos prazos previstos os trabalhos preparatórios da 1.ª Asssembleia da Organização do Concelhia de Évora da PCP, que está convocada para o próximo dia 17

## Asssembleia da CLL

Asssembleia, efectuada em 14 de Novembro, definiu objectivos de acção para o ano e a eleger o organismo de direcção. Os trabalhos desta III Asssembleia vão decorrer no Acad. S. Amaro, após um período de actividades preparatórias que reuniu nas últimas semanas numerosos militantes. Salientando a importância da Asssembleia, o actual organismo de direcção da CLL recorda as tradições de luta da classe operária, dos trabalhadores e do povo da zona ocidental de Lisboa.

## Octávio Pato no convívio de Montachique (Loures)

# A propósito do descalabro financeiro: A não venda do ouro é uma «explicação» embrulhada e infeliz que pôs em «cheque sem cobertura» todo o Governo

Com a aproximação do fim do ano, julgamos que se terão esgotado todos os prazos possíveis para o pagamento da dívida contraída por este Governo perante o povo português quando das últimas legislativas. Comparando as promessas então feitas pelo PS e PSD com a actuação do governo de que são responsáveis, fácil é concluir que toda a expectativa, todo o benefício de dívida, toda a esperança que muitos portugueses neles depositaram, poderão engrossar a rubrica do «crédito mal parado» afirmou o camarada Octávio Pato na festa-convívio que decorreu no último domingo no cabeço de Montachique (concelho de Loures) numa iniciativa integrada na campanha da Vitória.

«Na verdade», acrescentaria aquele membro da C. Política do PCP, «no é mais possível conceder qualquer espécie de crédito a um Governo que não cumpre uma única promessa, não aceita uma única previsão, não respeita a legalidade, não zela, antes defrauda os interesses nacionais, e mutila e compromete a independência nacional.»

Dando uma panorâmica das sucessivas afirmações de demagogia e aldrábrice descarada do Governo, nomeadamente quanto à situação social, económica, financeira e quanto à adesão à CEE, Octávio Pato recordaria algumas declarações de Mário Soares de Fevereiro deste ano:

«Posso garantir que não irá faltar aos portugueses nem trabalho nem salários»; «O desemprego embora possa aumentar, aqui ou ali, está controlado, não atinge a gravidade de que se reveste em muitos outros países europeus e todos quantos possam vir a ser atingidos terão direito a subsídio».

Comentando tais afir-

mações, referiu Octávio Pato:

«Perante as palavras proferidas há quase um ano pelo Primeiro-Ministro e o panorama de fome e miséria que se vislumbra por este país fora, quem mais se atreve a conceder-lhe qualquer parcela de crédito? Quem ousa defender a manutenção deste governo, por um dia sequer? Só quem de facto esteja interessado em afundar ainda mais o país, em destruir a democracia.»

«O que, a continuar este Governo e esta política, não é tarefa difícil nem morosa».

### O buraco orçamental

«Olhem por exemplo para o buraco orçamental, desmascarado e denunciado pelos deputados comunistas durante o recente debate do Orçamento do Estado: de um défice inicial de 176,6 milhões de contos, aprovado pela Assembleia da República em Dezembro de 1983, passou-se para um défice real de 304,9 milhões de

contos, ou seja, quase o dobro do que inicialmente havia sido previsto.

«E como se chegou a um descalabro destes?

«O Governo tentou explicar o enorme buraco que abriu, pelo corte nas receitas do montante de 45 milhões de contos, devido à não venda de ouro.

«Esta é uma explicação embrulhada e infeliz que pôs em «cheque sem cobertura» todo o Governo. Em qualquer país de democracia burguesa, dos que o governo e as forças de direita tanto gostam de apontar como exemplo, erros tão grosseiros nas contas orçamentais era mais do que motivo para demissão dos responsáveis. Entre nós, a direita quando governa, porém, nesse aspecto não copia as suas congéneres em tais países, e mostra não ter o mínimo de dignidade e decoro nos actos públicos que pratica.»

E declarou mais adiante:

«A razão do alargamento súbito do défice encontra-se, fundamentalmente, na política económica e social do governo, contrária aos interesses do povo português.»

«E mesmo que se aceitasse a justificação do governo como verdadeira, a crítica à sua actuação não seria menor. Pois então que política era essa que levava à venda das reservas de ouro para equilibrar o orçamento? E isto sem esquecer que, da sua parte, o governo PSD/PSD vendeu, só em 1983, 52 toneladas de ouro...»

«Mas vejamos dois exemplos da forma como o Governo atingiu o buraco, tão famoso junto da opinião pública que já se chama ao Governo PS/PSD o Governo esburcado...»

«O Ministério do Equipamento Social viu-se reforçado no suplemento ao orçamento de 1984, no princípio do ano, com a verba de 4,4 milhões de contos. Para lançamento de novas obras? Nada disso. Essa nova verba destina-se, principalmente a pagar algumas obras lançadas ilegalmente e, sobretudo, a pagar aumentos de preços de obras em curso.

O Ministério da Saúde também viu reforçada a sua fatia inicial com a verba de 4 milhões de contos. Para melhorar a saúde dos portugueses? Nada disso. Tal reforço destinou-se apenas a pagar os aumentos de preços dos medicamentos (aumentos resultantes da sua política de liberalização de preços que beneficia as grandes multinacionais do ramo), que alguns casos ultrapassam os 50%.

### 270 milhões para pagar dívidas

«E que dizer do Orçamento do Estado para 1985, cujo parto tem sido tão difícil e tem provocado tão mal estar na coligação e no governo?

«Já se conhece o défice previsto: 312 milhões de contos. Logo à partida superior ao até agora conhecido défice de 1984.

«Mas, a repetir-se a bagunçada eleiteira do presente ano, no final de 1985 o défice certamente atingiria, pelo menos, os 450 milhões de contos.

«No Orçamento de Estado para 1985 atribuí-se ao Ministério das Finanças 598 milhões de contos. Pois bem, desta verba, 270 milhões de contos, ou seja, cerca de metade, é só para pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Entretanto, ao Ministério da Educação são atribuídos 116 milhões de contos; ao Ministério da Saúde 112 milhões de contos; ao Ministério do Mar 5,6; ao Ministério da Qualidade de Vida 1,4; ao Ministério da Indústria 7 milhões de contos e à Segurança Social 34 milhões de contos; o que somado perfaz 276 milhões de contos. Assim temos que, depois de feitas as contas, chegamos à inacreditável conclusão de que só no pagamento de juros e amortizações da dívida pública o Estado gasta tanto como com o conjunto de 6 ministérios tão importantes como os que enumerámos.

«Claro que para este governo, tudo isto pouco importa pois, para ele, não há buraco que os trabalhadores não possam tapar.

«No início do ano admitia o governo que a massa salarial aumentasse 17%, a inflação fosse de 24% e o imposto profissional aumentasse cerca de 28%. Pois bem, o que se verificou foi que o aumento da massa salarial foi de 17,18%, a inflação de 30% e o aumento do imposto profissional foi de 33%.

### Os aumentos... para «eles»

«Enquanto isso, para os deputados dos partidos da coligação e da direita, cada vez mais divorciados do nosso povo, o importante é aproveitarem a auto-intitulada «maioria de sempre», não para servirem os que os elegeram (e quanto não estarão agora arrependidos do destino do seu voto!), mas para se servirem do cargo para que foram eleitos.

«E o que se passa com o escaudado e afrontoso projecto de aumento de vencimentos do Governo e também dos deputados.

«Se tal projecto for aprovado, o vencimento dos deputados, que ronda hoje os 60 contos, passaria para os 92 contos (um acréscimo de mais 20%). Se aesse aumento juntarmos o previsível aumento de 17/18% da Função Pública, no curto espaço de meses, o vencimento dos deputados subiria para cerca de 115 contos. Isto significava um aumento de mais de 80% a partir da base actual.

«Como classificar tal pretensão senão como a de um verdadeiro insulto ao povo português?

«Finalmente a política de austeridade que a coligação no poder exige, é só para o povo trabalhador; porque para a pior maioria de sempre a política é outra, é a do regabofe.

«E um fartar vilanagem à custa dos trabalhadores que só terá fim quando se puser fim a este Governo e a esta política (...)

## Intervenção de Jaime Serra no encontro de quadros da Beira Interior

# Um apontamento sobre a vida e a luta nos distritos da Guarda e C. Branco

Também na Beira Interior, o PCP é já hoje uma força necessária, indispensável e insubstituível na luta pela solução dos problemas dos trabalhadores e das populações locais, assim como na luta política geral. No quadro da vida política e social da Beira Interior é cada vez mais frequente ouvir-se a voz dos comunistas, tomando posição em defesa dos interesses dos trabalhadores, das massas populares e das populações locais e em apoio das suas lutas; em muitos casos, participando activamente nelas — afirmou o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Partido, numa passagem da intervenção que proferiu no recente Encontro regional de quadros comunistas da Beira Interior, realizado na cidade da Covilhã.

Como diria Jaime Serra, este encontro teve como objectivo «a discussão e reafirmação das direcções fundamentais da nossa acção política no futuro próximo imediato, nas quais se insere o Balanço da acção das organizações e dos militantes do Partido na Beira Interior no quadro das tarefas gerais e daquelas que decorrem da luta pela solução dos graves problemas dos trabalhadores e das populações da região».

### 275 eleitos da APU

Referindo que a intervenção do PCP se processa das mais variadas formas (esclarecimento, mobilização, luta), o dirigente comunista recordaria em seguida:

«É de destacar e prestar homenagem ao trabalho, muitas vezes difícil, porque entregues a si próprios, sem a ajuda necessária, dos eleitos da APU nas autarquias locais dos dois distritos. No conjunto, são 275 os eleitos em 1982 para os diversos órgãos do Poder Local e somos responsáveis a nível da APU, pela gestão de 3 freguesias no distrito de Castelo Branco e de 2 freguesias no distrito da Guarda.»

«A grande maioria dos eleitos da APU faz parte de órgãos onde predominam os eleitos dos partidos reacçãoários e em localidades onde ainda predomina o caciquismo, o compadrio e a corrupção. São frequentemente vítimas de perseguição e ameaças físicas. Contudo, a experiência demonstra que é possível fazer trabalho útil, encontrar apoios e colaboração no trabalho em defesa das populações mesmo por parte daqueles que foram eleitos em listas de partidos reacçãoários. Este trabalho é de maior importância e deve ser mais estimulado, frequentemente, a principal forma de

desmontar as calúnias e mentiras da reacção contra os comunistas e contra o nosso Partido.»

E acrescentou:

«Como em todos os casos a acção e a voz dos comunistas é sempre dirigida em defesa dos trabalhadores e do povo, não admira que aumento dia a dia o prestígio e autoridade política do PCP, atraindo às nossas fileiras os melhores filhos e filhas do povo da região.»

«É assim que, em poucos anos, a organização do Partido cresceu rapidamente, tendo em conta as características e as dificuldades da região.»

«No distrito da Guarda, de uma escassa centena de militantes existentes logo à seguir ao 25 de Abril de 1974, passaram para os cerca de 1500 existentes no início do ano corrente.

«No distrito de Castelo Branco, passámos, no mesmo período de 250 para 2500 militantes.»

### A Direcção Regional

«Criou-se desde há muito uma Direcção Regional estável, com raízes assentes na terra, sendo alguns dos seus componentes membros do Comité Central. Em cada um dos distritos existem Comissões Distritais com grande autonomia e capacidade de direcção, existindo diversos outros organismos de direcção a nível de concelho e de freguesia, assim como células de empresa nas mais importantes empresas industriais. Aumentaram os Centros de Trabalho do Partido, alguns deles, como os da Guarda e Castelo Branco de grande importância e significado políticos — diria Jaime Serra, no momento da sua intervenção, acrescentando em seguida:

«A partir do X Congresso do nosso Partido deu-se um novo

passo em frente no plano de direcção. Com a ampliação da Comissão Política foi possível destacar um membro deste organismo superior do Partido, neste caso o camarada Soeiro, como responsável directo pela Beira Interior junto da Comissão Política e a residir na região.

«Sendo muito positiva esta situação, seria contudo errado ignorarmos neste Encontro as deficiências e dificuldades existentes.

«A organização, apesar do crescimento assinalado, é insuficiente para corresponder às tarefas cada vez maiores e mais exigentes que se colocam ao nosso Partido.»

### Deficiências na organização

«Há sérias deficiências de organização e estruturação que é urgente corrigir. Há organismos, mesmo a nível concelhio com um funcionamento muito deficiente. Isto é particularmente grave no caso das células de empresa, e do fundamental da ligação do Partido aos trabalhadores» — salientou Jaime Serra, que apontaria «a elevada percentagem de militantes que não têm ainda as suas cotas em dia, que pagam cotizações muito baixas ou que não pagam mesmo qualquer cota. Tudo isto torna mais difícil o nosso trabalho, sabendo-se como os recursos financeiros são essenciais para a realização das tarefas do Partido.»

### A experiência

«A Organização Regional do Partido, representada neste Encontro, é responsável por uma vasta região, quer do ponto de vista territorial quer populacional», realçou o dirigente comunista num breve apontamento sobre a região, acrescentando:

«Vivemos nos dois distritos 438 000 habitantes (233 mil no distrito de C. Branco e 205 mil na Guarda), e mais de 343 000 eleitores (185 mil em C. Branco e 158 mil na Guarda), distribuídos por 156 freguesias em C. Branco e 332 na Guarda.

«Há uma grande massa de trabalhadores agrícolas e milhares de agricultores. Há importantes centros industriais, tais como a Covilhã, Torzeno, Guarda, C. Branco, Seia, Gouveia além das Minas da

Panasqueira onde labutam milhares de trabalhadores debatendo-se com graves problemas. Constituem verdadeiros baluartes da classe operária na região e a sua tradicional combatividade e firmeza de classe está intimamente ligada à forte influência do nosso Partido ao longo dos anos. Daqui decorre uma grande responsabilidade para a organização do nosso Partido na região — o reforçar cada vez mais essa influência dando-lhe uma expressão organizada.»

## Carlos Brito em Cascais Duas palavras sobre o nervosismo da maioria

A autoproclamada «maioria de sempre» não consegue disfarçar o seu nervosismo em relação aos futuros actos eleitorais. Por isso anda por aí a congeminar novas leis eleitorais que entre outras coisas lhe garantam a manutenção da maioria parlamentar apesar de perder a maioria eleitoral. É claro que eles afixam de pés juntos que o que pretendem é «aproximar os eleitos dos eleitores», mas o que querem realmente é afastar os eleitores, e o povo em geral, da Assembleia da República. É preciso dizer claramente que essas tais alterações da legislação eleitoral que o PS e o PSD pretendem cozinhar além de serem, pelo que se conhece, flagrantemente inconstitucionais, constituiriam uma inqualificável adulteração da vontade popular e o abusivo rompimento a partir do poder das regras de jogo democrático que não pode ser consentido por quem tem obrigação de assegurar o regular funcionamento das instituições — sublinhou o camarada Carlos Brito, da Comissão Política do PCP, numa passagem da intervenção que proferiu no recente convívio efectuado em Cascais, no âmbito da campanha da Vitória.

«A experiência demonstra que a organização do Partido é ainda insuficiente para cumprir com êxito esta tarefa e que temos rapidamente de alargar e fortalecer a organização, recrutando para as nossas fileiras, todos aqueles, homens e mulheres, que reconhecem no PCP o único grande Partido que defende consequentemente os interesses dos trabalhadores, das massas populares e o interesse nacional. O único grande Partido que defende corajosa e consequentemente

o Portugal de Abril e as suas conquistas», salientou já na ponta final da sua intervenção.

«Estamos certos, camaradas, que a realização deste Encontro e as conclusões que daqui saírem, contribuirão para a dinamização de todos os militantes com vista ao cumprimento dos objectivos e metas que temos em vista no quadro das campanhas em curso para o reforço do Partido na Beira Interior» — concluiu Jaime Serra.

### Carlos Brito em Cascais

## Duas palavras sobre o nervosismo da maioria

Durante a sua intervenção o presidente do Grupo Parlamentar do PCP teve oportunidade de desenvolver alguns aspectos mais significativos da situação política, económica, financeira e social do País, destacando a necessidade urgente de mudar de Governo e de política.

«Quanto às eleições presidenciais, uma breve passagem

### Asssembleia da Organização dos Bancários do Porto

Realiza-se no próximo dia 24 de Novembro, na Cooperativa do Povo Portuense, a Asssembleia da Organização dos Bancários comunistas do Porto, sob a sigla «Reforçar o Partido, Defender a Banca Nacionalizada, Demitir o Governo».

A Asssembleia, que discutirá a situação no sector, a sua defesa, as perspectivas para os trabalhadores bancários e naturalmente a organização do Partido na Banca, bem como a eleição do seu organismo de direcção, contará com a presença do camarada Ângelo Velloso, da Comissão Política do CC, que fará uma intervenção final.

### Células de empresa do CLL

Com a participação de mais de uma centena de quadros, em representação de 47 empresas, realizou-se no passado sábado um Encontro de Quadros das Células de Empresa do Comité Local de Lisboa do PCP.

Depois do plano de abertura, onde foram traçados os principais objectivos do encontro, os trabalhos foram divididos em 5 secções, que se destinaram a aprofundar aspectos relacionados com o reforço orgânico do PCP nas células de empresa e a sua cada vez maior ligação aos trabalhadores das empresas.

No plenário de encerramento foi feito um balanço do trabalho das secções, tendo-se tirado as conclusões que, posteriormente, serão distribuídas aos participantes.

Neste plenário interviu o camarada Blauqui Teixeira, membro da Comissão Política do Comité Central do Partido.

## PCP

## Leiria

## Há que sair do caminho do desastre — alerta a DORLEI do PCP

Também no distrito de Leiria se fazem sentir as consequências da política desastrosa do Governo PS/PSD. Esta a conclusão a que chegou a Direcção da Organização Regional de Leiria (DORLEI) do PCP, recentemente reunida em plenário. No final da reunião, a exigência de que «este Governo seja demitido, para com o máximo de urgência, se poder sair do caminho do desastre».

De facto, a situação económica e social vivida no distrito é de molde a suscitar o apelo lançado pela DORLEI.

Na região de Leiria, a indústria, com especial destaque para os sectores vidroeiro, da construção civil e cerâmica do barro vermelho, encontra-se numa situação de crise generalizada. «Muitas empresas já fecharam as suas portas e outras preparam-se para o fazer, como na APTUS, Omilite, J. Umbelino, Valarte, Gomes e

Cordeiro, Pedro e Cardoso, Ponisi, Sorvival, Novobra, Leçabetão e Plastiguel», entre outras.

Estas situações originam em muitos casos o não pagamento de salários aos trabalhadores, como acontece na Dámaso, M P Roldão, Ingriduth, Olaria, Pilarviga, Anglix, Farcil, Faprilma, Duarte da Mota, Cerâmica Alcoa, Mota Assis, Rosalinho e Bento, Plásticos Sepal e Siro-lite.

Como se vê a situação na indústria atinge dramáticas proporções neste distrito. Mas também na agricultura, os problemas vão-se acumulando de dia para dia, uma vez que o agravamento dos preços dos factores de produção e a não existência de preços compensadores, a par da inércia do Governo ou do seu desprezo intencional, quer em relação aos ramos em maiores dificuldades (vinho, frutas e cereais), quer em relação àqueles que foram afectados por doenças ou calamidades (carne, principalmente suínos), estão a provocar a ruína de muitos agricultores e a possível falta de géneros no mercado, nomeadamente de carne e leite.

Também no sector das pescas são muitos os problemas

levantados, directa ou indirectamente, pela política do Executivo. Temos assim o preço do gasóleo ou, por exemplo, o agravamento da situação da pesca da sardinha, com a «actuação concertada dos armadores ao paralisarem barcos, como aconteceu em Peniche, com o intuito de obrigarem os trabalhadores a aceitar a redução dos salários».

A situação vivida nos três principais sectores de actividade do distrito de Leiria e os graves problemas sociais que acarretam levam ao desmoronar do pequeno e médio comércio, que começa a encerrar estabelecimentos sob o espectro da ruína.

As autarquias do distrito debatem-se com cada vez maio-

res problemas financeiros, devido, por um lado, à falta de verbas e, por outro, à atribuição de novos encargos, como sejam os transportes escolares e a Acção Social Escolar.

«A par de toda esta negra situação económica e social — continua a DORLEI —, assiste-se ao corrupto de vindas de ministros e secretários de Estado, fazendo inaugurações demagógicas e prometendo mundos e fundos, sem resolverem qualquer problema de fundo do distrito.»

Dal que o plenário da DORLEI tenha constatado que «cresce o descontentamento de cada vez mais vastas camadas da população, denotando-se em todos os sectores e zonas do distrito uma maior disposição para a luta.

## Terra

## Combatividade no Encontro de Beja Operárias agrícolas em luta, pelo pão pelo trabalho, pela paz

### — exigida demissão do Governo

Sempre que os agrários «praticem a sabotagem económica, enterrando ou não apanhando a azeltona, os desempregados devem apanhá-la, retirar o seu salário e entregar o restante a instituições de carácter social», esta uma das principais conclusões aprovadas no Encontro de mulheres operárias agrícolas do distrito de Beja, realizado no passado fim-de-semana, no salão dos Bombeiros Voluntários daquela cidade, por iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas.

Contando com a presença de mais de três centenas de mulheres provenientes dos mais diversos lugares e aldeias da região, o Encontro decorreu sob o lema «mulheres em luta pelo pão, pelo trabalho, pela paz» e em debate estiveram alguns dos problemas concretos mais sentidos no momento presente, nomeadamente o desemprego, o direito ao trabalho, a defesa da Reforma Agrária, o desenvolvimento da região, o aumento do custo de vida, o ensino e a saúde, o reforço da organização sindical e a paz.

Ao longo dos trabalhos, em intervenções brilhantes, algumas de improviso, galvanizando quase sempre todos os presentes, ficou patente a importância da mulher trabalhadora e a sua inserção em todas as esferas da vida económica e social.

Prolongando-se por todo o dia de forma viva e animada, o debate (ao longo do qual se produziram cerca de 30 intervenções) pôs em evidência o profundo conhecimento das operárias agrícolas sobre as matérias em discussão e realçou a valorização que é dada ao trabalho e à participação da mulher na produção e na vida social, entendidos como factores de emancipação.

Para quem teve oportunidade de assistir aos trabalhos não passou certamente despercebido por outro lado, o papel decisivo e insubstituível atribuído à Reforma Agrária para o desenvolvimento da agricultura no Sul do País e a capacidade de resistência, a combatividade e determinação dos trabalhadores agrícolas em defender esta conquista que modificou por completo a vida nos campos do Alentejo e Ribatejo.

A merecer ainda uma nota de realce à elevada presença de jovens (o que indiscutivelmente constitui, se outras não houvesse, uma garantia de que a Reforma Agrária prosseguirá o seu caminho) e a consciencialização política e de classe revelada pelas mulheres presentes. Herdeiras de gloriosas tradições e de heróicos exemplos como o de Catarina Eufémia, as mulheres operárias agrícolas alentejanas não lutam apenas por melhor direito ao trabalho e por melhores condições de vida. Como alguém afirmou da tribuna do Encontro o «objectivo da nossa luta é a transformação da sociedade. É pelo nossos filhos que assim lutamos».

#### Uma vida nova

A abertura dos trabalhos coube a Mariana Lanita, de Pias, com uma intervenção que resumiu de algum modo a ampla discussão travada em plenários e reuniões realizados no âmbito do trabalho preparatório, no qual participaram mais de três mil mulheres.

Começando por abordar a situação da mulher durante o regime fascista a oradora realçou o seu papel na luta contra a ditadura de Salazar e Caetano, luta essa em que as mulheres, lado a lado com os homens, souberam, unidas e organizadas, enfrentar as ameaças e a repressão do regime e dos grandes agrários e lutar pela liberdade e pela Reforma Agrária.

Reforma Agrária que, tal como foi insistentemente sublinhado em diversas ocasiões, modificou completamente a vida. Milhares de postos de trabalho foram criados, os trabalhadores agrícolas passaram a ter uma vida melhor, passou a haver trabalho garantido durante todo o ano para homens e para as mulheres durante 8 e 9 meses seguidos.

Mas não foi só o direito ao trabalho. Como sublinhou Mariana Lanita as mulheres passaram a «ser encaradas

funcionam os serviços de urgência, como em Aljustrel, Serpa, Mértola e Ferreira, nos serviços de Segurança Social acabaram com os médicos especialistas e hoje à maioria das aldeias só vai um médico uma vez por semana e a muitas não vai ninguém.

Natural, pois, a onda de protesto e reclamação — e o Encontro não foi indiferente a este movimento — que exige a abertura das escolas e a colocação de professores; o cumprimento da lei de Finanças Locais como forma de garantir o desenvolvimento das aldeias e vilas; a colocação de médicos nas aldeias, garantindo assim uma assistência médica condigna aos trabalhadores e às populações; o cumprimento da lei do Serviço Nacional de Saúde e a integração dos trabalhadores agrícolas no regime geral da Previdência.

#### Custo de vida

Quanto ao constante aumento do custo de vida e à degradação do poder de compra o coro de indignação levado à tribuna do Encontro constituiu só por si uma amostra do que pensam as mulheres trabalhadoras da acção governativa levada a cabo por Mário Soares.

Só durante a vigência deste Governo, como foi dito por uma trabalhadora de Ervidel, o pão aumentou 44,4 por cento, o leite 120 por cento, a batata 135 por cento, o feijão 28,4 por cento, o frango 73,6 por cento, o azeite 63,6 por cento.

Este insustentável panorama é responsável, como se lembrava, pelas situações de angústia, subalimentação e mesmo fome por que passam de novo muitas famílias alentejanas.

Dal também a exigência da criação de um cabaz de compras com os produtos de primeira necessidade a serem subsidiados pelo Governo e a exigência de que seja posto termo à especulação desenfreada dos preços, devendo para tal ser postos a funcionar os respectivos serviços competentes.

Várias intervenções debruçaram-se por seu turno sobre a problemática da paz, tendo todas elas convergido para o risco de uma catástrofe nuclear, hoje grandemente aumentado com a reeleição de Reagan.

A política de subserviência do Governo relativamente aos interesses do imperialismo e da NATO foi também asperamente criticada, sendo ainda muito condenada a atitude do presidente da Câmara de Almodôvar que nada fez para impedir a instalação de um rádio-rastreo naquele concelho, pondo assim em risco a vida da população do distrito.

#### Demitir o Governo

Como sublinha o documento, o Governo «pretende que sejam os trabalhadores a pagarem a crise que ele próprio criou, impondo para tal grandes e pesados sacrifícios aos trabalhadores e ao nosso povo».

E prossegue: «O Governo corre a todos os meios repressivos para fazer aplicar a sua política de fome; pretende impor ao nosso povo leis fascistas que foram abolidas com o 25 de Abril como são os casos das novas leis da PIDE e a revisão das leis laborais...»

Um só caminho resta, pois, como salienta o documento final, a quem trabalha: o caminho da luta.

Luta por um objectivo que constitui na hora presente uma necessidade urgente e prioritária: a demissão imediata do Governo Soares/Mota Pinto.

Pela sua parte, como o Encontro tratou de demonstrar, as mulheres operárias agrícolas alentejanas não deixam em mãos alheias o seu contributo para a realização desse objectivo. Levando em conta a elevada percentagem de mulheres trabalhadoras agrícolas que são sócias do sindicato (58,8 por cento) o Encontro decidiu criar um Departamento de Mulheres e apontou para a necessidade de eleger mais mulheres para a direcção do sindicato.

## Braga

## Povo está com dez anos de Abril Câmara com cinquenta de fascismo

Os graves acontecimentos das últimas semanas registados em Braga, bem como a situação económica e social do concelho, foram analisados na reunião mensal da Comissão Concelhia de Braga do PCP.

Recentemente, o presidente da Câmara, e os seus pares, «assumindo-se como a maioria de direita no município bracarense contra as liberdades e

direitos de livre expressão consignados na Constituição da República Portuguesa impediram a inscrição de um protesto escrito para a acta apresentada pelo vereador da APU».

Este protesto era relativo à destruição de faixas aéreas de protesto contra a estátua erguida ao fascista Santos da Cunha. Também em questão es-

tava a aprovação de um despacho camarário de regulamentação de afixação de propaganda. Estas medidas, que se tentou pôr em prática em diversas autarquias, já foram consideradas anti-constitucionais pelo Tribunal Constitucional.

A Comissão Concelhia de Braga do PCP insurgiu-se tam-

bém contra a situação económica e social vivida no sector, tendo constatado que esta é muito grave, nomeadamente no sector metalúrgico.

À laia de conclusão, afirma este organismo do PCP, em comunicado à imprensa, que «enquanto os trabalhadores e os democratas de Braga se empenham na luta contra os

salários em atraso e pela melhoria das condições de vida das populações do Concelho, na luta por uma nova política de acordo com o 25 de Abril, Mesquita Machado e seus pares do PS e do PSD, preocupam-se em homenagear 50 anos de fascismo com a edificação da estátua dedicada a um dos mais destacados dirigentes da ditadura».

## Juventude

## 1985 é Ano Internacional da Juventude

1985 foi proclamado Ano Internacional da Juventude pela 34.ª Assembleia das Nações Unidas. Com a intenção de que os seus países membros dediquem especial atenção aos problemas juvenis, a ONU pôs-lhe o lema: «Participação, Desenvolvimento e Paz».

Considerando ser esclarecedor que o Governo e as estru-

turas oficiais responsáveis nada divulguem à opinião pública sobre as comemorações em Portugal, a Comissão Central da Juventude Comunista Portuguesa tornou pública uma declaração onde se sublinha que, «perante esta vergonhosa atitude do Governo PS/PSD, tudo fará para que os objectivos que levaram a ONU a proclamar 1985 como o Ano Inter-

nacional da Juventude, sejam cumpridos.

A JCP salienta que a ONU considera «dever ser dada sistemática e contínua atenção à promoção dos direitos do Homem e o seu usufruto pela juventude, particularmente o direito à educação e preparação vocacional, o direito ao trabalho de modo a solucionar o desemprego juvenil».

2.º Congresso  
15-16 DEZEMBRO, SACAVÉM  
JCP  
Juventude Comunista Portuguesa

## Iniciativas

O trabalho preparatório do II Congresso da JCP prossegue em todo o País, com a realização de dezenas de reuniões para discussão do projecto-base de resolução e de iniciativas de carácter cultural e recreativo para divulgação do Congresso.

Assim, a Organização do Ensino Superior de Lisboa promove, nos dias 14 e 15 de Novembro na Escola Superior de Belas-Artes, uma feira do livro.

Na próxima sexta-feira, dia 16, realiza-se no Cartão, distrito de Santarém, um plenário de militantes. No dia 17, sábado, estão marcadas reuniões na Marinha Grande, Alpiarça, Sardoal, Paços Negros, Benavente, Covilhã (no Centro de Trabalho do

PCP) e em Coimbra (às 15 horas, na sede da JCP).

Ainda no âmbito das iniciativas de divulgação do II Congresso, estão marcadas para sábado as seguintes actividades: em Carnaxide, na Sociedade Filarmónica, às 15 e 30, convívio musical; em Loures, no refeitório da Câmara Municipal, às 17 horas, convívio musical; em S. João da Talha (Loures), convívio; em Sacavém (Loures), todos os fins-de-semana, rádio juvenil; na Brandoa (Amadouro), às 21 horas, pavilhão polivalente, baile; em Esposende, convívio e debate; em S. Pedro da Cova, às 15 horas, festa-convívio. Em Braga, no dia 18, realiza-se um almoço-convívio integrado nas comemorações do 5.º Aniversário da JCP.



Quatro dirigentes da Juventude Comunista Portuguesa estiveram na Redacção do «Avante!» para participarem numa mesa-redonda sobre o 2.º Congresso da Organização, a realizar, como já divulgámos, no fim-de-semana de 15 e 16 de Dezembro próximo. Os aspectos fundamentais do debate realizado na mesa-redonda promovida pela Redacção do «Avante!» estarão em foco no trabalho que publicaremos na próxima semana. Entretanto, no Suplemento desta edição o leitor encontrará uma abordagem completa aos 18 pontos da «política alternativa para a juventude», que o 2.º Congresso deste já avança e propõe. Este conjunto de propostas está a merecer e vai continuar certamente a merecer uma atenção muito especial, no quadro da intensa actividade preparatória do Congresso.

#### Ainda o magusto

Uma semana que se passou sobre o dia de São Martinho e ainda o magusto continua a ser pretexto para rever velhas amizades e fazer novos amigos.

Este sábado, a Comissão de Freguesia de Cascais do PCP promove um magusto no seu Centro de Trabalho. Neste convívio, que começa às 16 horas, haverá castanhas assadas, água-pé, bifanas e, acima de tudo... fraternidade.

#### Membros do PCP na Checoslováquia

«Reactivar a organização, melhorar o trabalho, reforçar o Partido» foi o lema da 3.ª Assembleia da Organização do PCP na República Socialista da Checoslováquia, que aprovou por unanimidade o programa actividades da célula.

Os militantes do PCP que se encontram neste país socialista, nomeadamente estudantes boseiros, decidiram nesta Assembleia apoiar a campanha para a aquisição do Centro Vitória. Nesse sentido, aprovaram a compra de uma moderna máquina fotográfica a entregar à DORL.

Estiveram presentes na Assembleia os camaradas Sérgio Vilariques e Domingos Lopes, respectivamente membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, e membro suplente do CC.

## Gamaradas falecidos

### Joaquim Neto

Com 61 anos, faleceu recentemente o nosso camarada Joaquim Neto. Pertencia à organização da freguesia de Santos-o-Velho, em Lisboa.

### Adriano Vaz Velho

Vítima de doença, faleceu também recentemente o militante comunista Adriano Joaquim Vaz Velho, de 68 anos, natural de Lisboa, onde se licenciou em Matemática. Foi professor e director da Escola Secundária de Montemor-o-Novo (distrito de Évora) durante 25 anos, sendo sobejamente conhecidas as suas posições antifascistas. Após o 25 de Abril aderiu ao PCP. Entre 1979 e 1982 esteve como membro da APU na Junta de Freguesia de N. Senhora do Bispo. No presente mandato integrava a Assembleia de Freguesia. Era ainda membro da URAP, tendo chegado a assumir funções de director da «Cooperativa Popular de Consumo» de Montemor.

### Fernando L. Gonçalves

Faleceu no passado dia 6 o militante comunista Fernando Lourenço Gonçalves, de 58 anos. O camarada era um dos dinamizadores do Centro de Trabalho do PCP em Rio de Mouro. Faleceu por motivos de doença.

### Manuel Ambrósio

Com 72 anos, faleceu recentemente o nosso camarada Manuel Ambrósio. Era membro da organização de Belas (Sintra), tendo pertencido à comissão de sede e de fundos. No período da ditadura fascista, o camarada Manuel Ambrósio foi activo distribuidor do «Avante!» nas Minas do Lousal, no concelho de Grândola.

### Joaquim S. Marinheiro

Um brutal acidente de viação ocorrido recentemente roubou a vida a quatro membros do PCP: Joaquim Sebastião Lisboa Marinheiro, de 47 anos; Maria Alice Santos N. Marinheiro, de 43; Virgínia dos Santos Nevo, de 37; e Rosali-

na Santos N. Alfaca, de 56. Estes camaradas, que constituíam uma família, pertenciam à organização de Sesimbra e eram comerciantes.

### Albino José França

Vítima de acidente de trabalho faleceu o nosso camarada Albino José França, antigo militante do PCP, nascido em 1925. No ano de 1949 conheceu as masmorras fascistas no Forte de Caxias. Era o presidente da Junta de Freguesia de Santiago do Escoural, pertencendo também à Assem-

### Assembleia dos gráficos

A Assembleia da Organização dos Gráficos do Comité Local de Lisboa do PCP realiza-se brevemente. Com vista à sua preparação e à eleição de delegados, as diversas células têm vindo a desenvolver um intenso trabalho preparatório.

Neste âmbito, recordamos, estão previstas diversas reuniões para os próximos dias. Assim, hoje, quinta-feira, reúnem-se pelas 18 e 30, no Centro de Trabalho de Arroios, as células da Gromotipo, da Nobelgráfica e da Gráfica Monumental. Também pelas 18 e 30, reúne-se, no refeitório a célula da Cooperativa Proença.

Amanhã, é a vez da célula da EPNC, às 16 e 30 no Centro de Trabalho Vitória e, já no dia 17, no Centro de Trabalho do sector, reúne-se a célula do Distrito de Lisboa/Renascença Gráfica.

### Reunião de alentejanos

Tendo como principal objectivo proporcionar uma discussão de assuntos relacionados com a região, está marcada para a próxima sexta-feira (amanhã, dia 16), uma reunião de naturais do Alentejo residentes na área da Grande Lisboa, no Centro Vitória, às 19 horas.

### Faro: reunião geral de militantes

Por iniciativa da Comissão Concelhia do PCP, realiza-se amanhã (sexta-feira) em Faro uma reunião geral aberta a militantes e simpatizantes do PCP, para discussão da situação política e social, e também de aspectos relacionados com a 1.ª Assembleia da Organização Regional do Algarve (ORAL). Está prevista a participação do camarada Carlos Luís Figueira, do Comité Central do Partido.

### Alfama: o fado em debate

Com o magusto e as diversas iniciativas promovidas pelas organizações do Partido, muitas vezes se tem falado de fado. Mas nunca se falou sobre o fado. No entanto, nunca é tarde para o fazer, foi o que entenderam os camaradas do Centro de Trabalho de Alfama, em Lisboa.

Assim, promovem um debate sobre a história do fado. Na iniciativa, que se realiza amanhã, sexta-feira, pelas 21 horas, participam Ruben de Carvalho, nosso chefe de redacção, o crítico de jazz, Luís Villas-Boas e o cantor Fernando Farinha.

No final, o grupo Fado de Abril cantará o fado novo.

Trabalhadores

# Que ninguém falte no sábado

## Dois desfiles concentram-se no Porto

### • Hoje, PCP apresenta na AR novo projecto de medidas contra salários em atraso

Depois de amanhã, sábado, convergem para a Praça da Liberdade e para as ruas da baixa no Porto, dois desfiles que partem de Vila Nova de Gaia (Campo 24 de Agosto) e do Largo da Igreja de Cedofeita. A manifestação «pelo salário, pelo emprego, contra a carestia, pelas liberdades, pela demissão do Governo» deram o seu apelo e adesão, segundo apuramento de anteontem, 47 indicados do distrito do Porto, o MURPI, a Comissão Coordenadora das CTs, o Encontro de Mulheres da Hotelaria do Norte, o Seminário «Pela igualdade de direitos da mulher trabalhadora», o Plenário de dirigentes, delegados sindicais e membros de CTs do Sector Público e Nacionalizado e ainda outras organizações do Norte do País.

Entretanto, «perante as conclusões da análise feita em reuniões de activistas sindicais à grave situação que o sector dos trabalhadores atravessam, a Comissão Executiva do Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal (FSMMMP)» na sua reunião de quinta-feira passada decidiu «concretizar a unificação da luta a nível nacional e sectorial, levando a efeito uma jornada de luta no próximo dia 29 de Novembro».

Por seu turno, a CGTP-IN marcava para hoje várias acções distritais no prosseguimento da Conferência Nacional (descentralizada) pelo Direito ao Trabalho e pelas Liberdades Sindicais e Democráticas nos distritos de Setúbal, Aveiro, Braga, Évora e Faro.

Depois de realizações neste âmbito da Conferência Nacional em Lisboa, Santarém e Funchal, a CGTP promove hoje às 9 e 30 uma sessão em

Setúbal (intervém José Luís Judas), em Aveiro, na Avenida Lourenço Peixinho, no Estúdio 2002, às 14 horas (intervém Kalidás Barreto), no distrito de

Braga, às 9 horas em Famalicão, ao ar livre (intervém João Pacheco), em Évora às 9 e 30 no Palácio D. Manuel (intervém José Encarnação) e em Faro às 10 horas no Círculo Cultural do Algarve (intervém Américo Nunes).

#### Apoio à iniciativa parlamentar

A Comissão Executiva da FSMMMP, que decidiu convocar uma reunião do Conselho Nacional para o próximo dia 20 e marcou para 22 do corrente um plenário nacional de activistas, manifestou na referida reunião de quinta-feira passada «o seu total apoio à nova iniciativa parlamentar do PCP visando solucionar a grave situação dos trabalhadores sem salário» que considerou «indiscutivelmente um grave problema de dramáticos reflexos sociais».

Por isso, a Comissão Executiva do Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal decidiu apelar aos deputados para que «não inviabilizem mais uma vez uma iniciativa tendente a

curar esta chaga social».

Entretanto, continuava marcado para ontem, às 15 horas no Rossio em Lisboa, um Plenário Geral de trabalhadores da indústria de construção e reparação naval. Depois de uma concentração no Cais do Sodré, os trabalhadores (o sector tem 13 mil) deslocam-se para o Rossio, donde após o Plenário, se dirigem para o Ministério da Indústria e Energia para entregarem uma moção. Um dos principais temas do Plenário é o dos salários em atraso que particularmente afectam esse sector.

#### Aumento de 239 por cento num ano

«Em Novembro de 1983, o patronato devia aos trabalhadores metalúrgicos do Sul do País 781 mil contos. Era uma situação escandalosa e inadmissível num Estado democrático. Hoje, passado um ano, a dívida do patronato é superior a dois milhões e duzentos e oitenta mil contos». Num ano aumentou 239 por cento». Estes números constam de um comunicado do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul emitido em

12 do corrente. Nele se afirma que «a situação seria bastante pior, se não fosse a luta desenvolvida pelos trabalhadores».

A Direcção do SIMSUL, que subscreve o comunicado, «responsabiliza (e acusa) o Governo Mário Soares/Mota Pinto pela situação de fome e de miséria por que estão a passar mais de 17 mil trabalhadores em 35 empresas, que, além de não receberem salários, ainda têm que fazer face ao aumento desenfreado do custo de vida».

#### Convergem as lutas no Porto

A manifestação de depois de amanhã na cidade do Porto surge no seguimento de jornadas de luta que incluíram várias iniciativas, e hoje, dia 15, uma delegação representativa dos trabalhadores com salários em atraso desloca-se a Lisboa para apoiar as iniciativas que nesse âmbito se desenrolam na capital.

No Porto, delegações representativas desses mesmos trabalhadores com salários em atraso deslocam-se ao Governo Civil, alertando e sensibilizando a população e exigindo medidas das autoridades.

Hoje ainda pelas 18 horas no Porto, haverá uma concentração da juventude na Praça da Liberdade. — acção integrada na Campanha Nacional pelos Direitos da Juventude.

Entretanto, na semana passada, trabalhadores do Porto de diferentes sectores e com os mesmos objectivos levaram a cabo várias acções, designadamente de rua, integradas na jornada de luta do sector público (SEE), incluindo plenários na Siderurgia Nacional (Maia) Equimetal, Petrolgal, EDP e Portucel. Um plenário de dirigentes e delegados sindicais em que participaram também elementos das comissões de trabalhadores do Sector Empresarial do Estado reuniu centenas de pessoas que depois desfilaram até à Praça da Liberdade onde alertaram a população para o que se passa no SEE e entregaram ao Go-



De novo as bandeiras negras nas ruas de Lisboa. Com destino a São Bento, trabalhadores sem salários e com a ameaça pendente sobre milhares de postos de trabalho desfilaram pelas ruas da capital e protestaram contra esta política e este Governo num plenário público em frente à Assembleia da República, na passada quinta-feira, em defesa do Sector Empresarial do Estado

verno Civil as conclusões do plenário.

Entre outras iniciativas recentes no campo das lutas dos trabalhadores do Porto, destacam-se a conferência descentralizada contra o «pacote laboral» e o seminário pela igualdade de direitos da mulher trabalhadora que, organizado pelo respectivo departamento da União dos Sindicatos do Porto, contou com centenas de presenças. De entre as conclusões sublinha-se a necessidade de intensificar a sindicalização das mulheres trabalhadoras e o reforço da participação feminina nas lutas nas empresas.

#### Por que estará o grande capital tão interessado em empresas do Estado?

Em Lisboa, o Sector Empresarial do Estado, que emprega ainda perto de 250 mil trabalhadores, era entretanto defendido dos ataques do Governo e do grãfite capital financeiro num plenário público junto à Assembleia da República, na passada quinta-feira. Armando Teixeira da Silva, coordenador da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN, diria a encerrar o Plenário organizado pelas organizações representativas dos trabalhadores (ORTs) do sector, que os

defensores da «iniciativa» dos grandes grupos financeiros contra o SEE acenam hoje com «as mil e uma maravilhas da iniciativa privada para justificar a entrega de empresas e a abertura de sectores nacionalizados aos capitalistas», tentam assim fazer esquecer que, antes do 25 de Abril eram esses mesmos capitalistas que «dominavam os sectores básicos (da economia) e que eles comiam a carne e o povo os ossos...». Por isso é que de novo esses mesmos grupos, ou outros com o apoio do Governo, se atiram a um sector que produz 20 por cento da riqueza nacional, realiza 30 por cento dos investimentos em Portugal e apresenta uma produção por trabalhador três vezes maior que a do sector privado.

O caminho indispensável da luta foi mais uma vez apontado nas intervenções no Plenário público do dia 9 em frente à Assembleia da República, onde hoje os deputados comunistas apresentaram pela terceira vez um projecto tendente à solução da questão dos salários em atraso, que atinge principalmente os trabalhadores do Sector Empresarial do Estado.

#### Emprego precário afecta mais de 700 mil trabalhadores

Além dos 600 mil desempregados, «os contratos a prazo,

o aluguer de mão-de-obra, o trabalho domiciliário e os salários em atraso colocam hoje mais de 700 mil trabalhadores portugueses na situação de emprego precário», reafirmava entretanto a CGTP-IN, que chamou o assunto para tema central da Conferência Nacional que está a decorrer «pelo direito ao trabalho, pelas liberdades sindicais e democráticas» a que já se fez referência aqui.

A CGTP recorda que «cerca de um terço da população activa portuguesa está desempregada ou tem emprego precário».

Por outro lado, «os salários dos trabalhadores alugados — acrescenta a CGTP — chegam a ser metade e até dez vezes menos do que recebem os intermediários de mão-de-obra das empresas utilizadoras». E não é por acaso que o próprio projecto de lei do Governo, neste campo, «permite a utilização do trabalho temporário, em qualquer actividade e para quaisquer profissões».

Essa e outras razões principais continuam a determinar a agudização e a convergência das formas de luta desenvolvidas pelo movimento sindical unitário e pelos trabalhadores com o apoio e a adesão das forças políticas democráticas contra este Governo e esta política antinacionais.

## Função Pública Luta por negociações dignas e legais

### • Apresentada queixa contra o Governo na OIT

Num processo que se tem agravado diariamente de há dois meses para cá, o Governo «desconversa» com a Função Pública, tentando impor aos TFP níveis salariais ainda mais baixos, se possível, para o ano que vem. Unidos numa Frente Comum, os Sindicatos e a Federação do sector, incluindo professores e enfermeiros, recusam as propostas do Governo e acusam-no de paralisar a Administração. Quinta e sexta-feira da semana passada, depois de boicotadas as negociações iniciadas em 28 de Setembro findo, os trabalhadores da Função Pública (TFP) organizaram uma jornada de luta que, segundo a comissão negociadora sindical (CNS) da Frente Comum (FC), teve o seu maior desenvolvimento em Lisboa (Rossio) e em Coimbra, na Praça da Portagem. Depois dessa jornada, a FC apresentou à Organização Internacional do Trabalho (OIT), ao Provedor de Justiça e ao Procurador-Geral da República «uma queixa contra o Governo português, por violação do direito de negociação colectiva das associações sindicais representativas dos trabalhadores da Função Pública».

Segundo o teor da queixa, reuniões para negociar a re-estabelecimento na primeira reunião de 28 de Setembro, e deveriam terminar em 23 ou 24 de Outubro. Se houvesse necessidade de negociações suplementares, o processo de revisão estaria de qualquer modo concluído, segundo o mesmo calendário, até final do mês passado.

#### O que está em jogo

Depois de recordar que logo na primeira reunião posterior a 28 de Setembro (11 de Outubro findo), «nem a Administração se fez representar por quem nos termos da lei tem capacidade negocial, nem foi fixada nova reunião, situação que se mantém passado quase um mês», a CNS da FC sublinha que o Governo não alterou a sua proposta inicial, recusada pelos sindicatos.

O Governo propôs um aumento médio de 15,7 por cento na tabela salarial, 80 escudos nas diuturnidades e 20 escudos/dia no subsídio de refeição. Propôs ainda um aumento de 16 por cento nas pensões, 14 por cento nas ajudas de custo e 17 na ADSE (Assistência na Doença dos Servidores do Estado). Paralelamente, propôs o aumento de um por cento nos descontos para a Caixa Geral de Aposentações e para o Montepio dos Servidores do Estado.

Nessa primeira reunião de 28 de Setembro, que não teve seguimento por causa da atitude do Governo que a FC considera ilegal, os Sindicatos propuseram um aumento de 28 por cento nos salários, 280 escudos nas diuturnidades (passariam para 1500 es-

culos) e de 50 escudos/dia no subsídio de refeição (passaria para 200 escudos/dia). A Frente Comum propôs ainda um aumento nas pensões igual ao dos trabalhadores activos, 28 por cento nas ajudas de custo e 30 na ADSE.

A FC pretende que sejam reabertas as negociações.

Os salários reais na Função Pública desceram 34,5 por cento entre 1975 e 1983. A inflação em 1984 atinge os 30 por cento. O peso das despesas com pessoal diminui de ano para ano no Orçamento do Estado: 44% em 1977; 38% em 1980; 31% em 1983; 29% em 1984.

Segundo a FC, «Portugal tem uma das mais baixas percentagens de trabalhadores da Função Pública da Europa». Comparado com as despesas orçamentais devido aos juros da dívida pública, que eram de 9% em 1977 e atingem hoje os 32%, o peso das despesas com pessoal é mínimo.

Razoável é nesta situação que os TFP lutem, como afirma a FC, por «motivos justos» consubstanciados na «reposição do poder de compra, na dignificação profissional, na melhoria dos serviços públicos em benefício das populações».

Enquanto que «o Governo paralisa a Administração Pública», se lamenta do «excesso» de servidores do Estado e abre os seus buracos no Orçamento, o que está em jogo é a estabilidade do emprego na FP, a defesa dos direitos sindicais, a salvaguarda dos interesses dos TFP.

As acções de esclarecimento, protesto e luta em Lisboa, Coimbra, Santarém, as assembleias de delegados sindicais no Porto, em Braga, Viana do Castelo, Vila Real e Bragança respeitam também à reestruturação das carreiras, pois a pro-

## Critérios gerais

Segundo a Frente Comum dos Sindicatos dos trabalhadores da Função Pública, as negociações de revisão salarial para 1985 devem obedecer entre outros aos seguintes critérios gerais:

• Em 1983 o aumento médio dos preços foi de 25,5%. Se considerarmos o aumento de Dezembro a Dezembro, este valor eleva-se a 33,9%. Com este quadro inflacionário, o salário médio dos trabalhadores da Função Pública baixou 34,5% entre 1975 e 1983.

• Só em 1983 os TFPs perderam 9,7% (se contarmos com o imposto extraordinário).

• Para 1984, as previsões mais optimistas apontam valores para uma inflação que ronda os 30%.

• Por outro lado, a manter-se um aumento mensal médio do Índice de Preços no Consumidor, semelhante aos dos quatro primeiros meses do ano de 1984, os aumentos de Janeiro serão comidos pelo aumento dos preços de Julho.

• O aumento salarial a aprovar em Janeiro de 1985 deverá, pois, no mínimo, recolocar os salários reais ao nível de Janeiro de 1984.

A FC reivindica ainda a adopção de outros critérios gerais do que respeita ao cumprimento da Lei 47/77, designadamente quanto à «situação de desigualdade nítida entre o estatuto pecuniário do sector público produtivo e o da função pública», desigualdade que atinge «proporções verdadeiramente alarmantes», e no que respeita à «reposição do regime e da prática anteriores quanto ao subsídio de refeição e às pensões». Recorde-se que o subsídio de refeição foi transformado na revisão/84 num «mero prémio de assiduidade».

postos do Governo não satisfaz os sindicatos.

Os TFP continuam a reivindicar legalmente o direito a negociar com o Governo as suas condições de trabalho — direito constitucional que assiste a todos os trabalhadores.

### «Cabaz de compras» — reivindica a CGTP

Num documento distribuído recentemente, «no âmbito da luta contra o aumento do custo de vida», a Central sindical afirma que é possível conter essa subida «com uma política que promova a produção nacional (para reduzir as importações), que controle os preços dos bens e serviços essenciais (e não os «liberalize» ao sabor dos grandes capitalistas e intermediários) e que defenda o poder de compra das classes trabalhadoras, designadamente com a criação de um «cabaz de compras» — medidas que a CGTP-IN defende e foram apresentadas ao Governo». A Inter, que publica um quadro esclarecedor sobre os «preços de alguns produtos essenciais antes do Governo PS/PSD e em Setembro deste ano», sublinha que hoje dos mais elevados em toda a Europa. Comparando os níveis de vida nos vários países, temos a terceira maior taxa de inflação dos 24 países da OCDE — mais de 30%, quando a média destes é da ordem dos 8%. As percentagens de aumento dos preços no período considerado vão desde os 24% (caso do lombo de porco) até aos 120% e 134%, como se verifica no leite e na batata. A fonte dos números apresentados pela Inter é o Instituto Nacional de Estatística, organismo oficial.

#### Carnaxide

#### Plenário, hoje

Para hoje, dia 15, com início às 15 horas, no Clube Recreativo de Algés (junto à estação da CP) as Organizações Representativas dos Trabalhadores da Freguesia de Carnaxide convocaram um plenário de delegados sindicais e membros das comissões de trabalhadores daquela zona de Lisboa. Com a presença de elementos da União dos Sindicatos do distrito e da CIL (Cintura Industrial), o plenário terá como ordem de trabalhos a «análise da situação social nas empresas» e as «acções a desenvolver em defesa dos direitos dos trabalhadores e das liberdades democráticas». A convocatória é subscrita

## 1.º Congresso nas indústrias de alimentação, bebidas e tabacos Enraizar a Federação

Com uma ordem de trabalhos em cinco pontos (discussão das normas de funcionamento; votação do relatório de actividades; deliberações sobre alterações aos Estatutos e aprovação do regulamento eleitoral; votação do programa de acção 1984/87; e eleição dos órgãos dirigentes para o mesmo triénio decorre no próximo sábado, 17, com início às 9 horas, na Rua Almirante Barroso, n.º 3, em Lisboa (junto do Largo D. Estefânia) o 1.º Congresso da Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos.

Os objectivos do Congresso são os de «enraizar a Federação; reforçar a unidade; lutar por Abril» e «pelo pão que produzimos».

por 13 sindicatos: Metalúrgicos, Carbonos, Cerâmicos, Construção, Indústrias Eléctricas, Bebidas, Rodoviários, Comércio, Gráficos, Função Pública, Químicos, Hotelaria e Autarquias Locais (STAL). Num apelo à presença e à participação, a convocatória refere que, na medida do possível, as intervenções deverão ser escritas para «um melhor desenvolvimento dos trabalhos» do plenário.

#### Conferência em Viseu

De um comunicado da União dos Sindicatos de Viseu sobre o seu programa de actividades até ao fim do ano destaca-se a realização de amanhã, 17, de uma Conferência Sindical contra a revisão da legislação laboral e, no dia 15 de Dezembro, um Encontro de Trabalhadores com salários em atraso, no desemprego e com os postos de trabalho ameaçados.

#### Ilegalidades em empresas do concelho de Matosinhos

A Comissão Concelhia de Matosinhos do PCP, num comunicado recente, afirma que «a política ruinosa e miserável do Governo PS/PSD atrai para a foma milhares de trabalhadores» daquele concelho norteño. A Concelhia refere os casos das empresas Equimetal (salários atrasados há 3 meses, postos de trabalho ameaçados e silêncio sobre as propostas dos trabalhadores para a viabilização da empresa); Vilar (em dívida 15 mil contos de subsídios e retroactivos, salários pagos «aos soluços» e empregos ameaçados); Sepsa (subsídio e retroactivos por pagar, enquanto a administração gasta «200 mil contos, 180 mil dos quais dados pelo Governo, para pagar indemnizações a quem quiser rescindir o contrato»); Prometaliz (dívida de salários superior a 22 mil contos); Conservas Independência (três meses de salários e retroactivos em dívida). A Concelhia de Matosinhos, referindo ilegalidades da parte do patronato, cita ainda os casos da Krumel, Lionesa, Esmaltal e Porto de Leixões.

Segundo o Regulamento do Congresso, aprovado por unanimidade pelo plenário de sindicatos em 14 de Junho findo, a composição das delegações, escolhidas pelos sindicatos «pela forma que entenderem mais democrática», deverão incluir «membros dos corpos gerentes, delegados sindicais, outros associados eleitos para o efeito, mulheres e jovens, e diversas categorias profissionais, de acordo com a sua expressão no sector representado». Deverão ainda participar no Congresso delegados que trabalhem nas «empresas mais representativas, dos vários sectores de actividade e regiões».

Na proposta de programa de acção dividida em oito pontos principais («a luta em defesa das liberdades e da democracia; a luta pelo desenvolvimento económico do sector; a luta por melhores condições de vida e de trabalho; organização sindical; reforço da unidade/combate ao divisionismo; formação sindical; informação e propaganda sindical; acção e luta sindical internacional») sublinha-se que a Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos sublinha a «situação muito complexa e difícil no plano político, económico e social» em que o Congresso se realiza, e recorda que: «Grandes batalhas se avizinhavam contra o já anunciado pacote de legislação laboral; contra o cutelo suspenso sobre as liberdades públicas, contido na lei de segurança interna, na aprovação de um serviço de informações e na lei da ficha; contra a degradação das condições de vida e do poder de compra dos trabalhadores; contra os salários em atraso, os contratos a prazo, a repressão, os despedimentos, as fálências e o encerramento de empresas».

Num apelo ao «debate colectivo dos nossos problemas, da nossa luta, da nossa organização», a Comissão Organizadora do 1.º Congresso da Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos sublinha a «situação muito complexa e difícil no plano político, económico e social» em que o Congresso se realiza, e recorda que: «Grandes batalhas se avizinhavam contra o já anunciado pacote de legislação laboral; contra o cutelo suspenso sobre as liberdades públicas, contido na lei de segurança interna, na aprovação de um serviço de informações e na lei da ficha; contra a degradação das condições de vida e do poder de compra dos trabalhadores; contra os salários em atraso, os contratos a prazo, a repressão, os despedimentos, as fálências e o encerramento de empresas».

A participação no Congresso não deve limitar-se aos delegados. Segundo a Comissão Organizadora, nele devem participar «todos e cada um dos trabalhadores do sector».

## Internacional

# Nicarágua Contra maiores ameaças maior solidariedade

A Nicarágua está em estado de alerta geral, preparada para a todo o momento enfrentar uma intervenção militar norte-americana. Homens e mulheres de todas as idades, mas particularmente os jovens, que em condições normais estariam dando o seu contributo no estudo, na produção, na resolução enfim dos inúmeros problemas que um povo explorado e oprimido durante gerações tem de enfrentar quando finalmente toma nas suas mãos o poder de decidir o seu futuro, centram hoje os seus esforços na defesa nacional. Dispendendo tempo e meios preciosos, empenhando a própria vida, enfrentando uma guerra não declarada e preparando-se para a invasão, quando a sua aspiração maior é de trabalhar e lutar, sim, mas na melhoria das condições de vida de todo o povo.

Isto deve-se à «missão histórica» que desde 1823 os Estados Unidos se auto-atribuíram através da tão célebre como tenebrosa doutrina Monroe. Uma doutrina que no princípio do século um secretário de Estado norte-americano definia deste modo: a missão histórica e geográfica dos EUA consiste em controlar o futuro de todo o continente latino-americano.

Mais de século e meio depois, se alguma coisa mudou na doutrina Monroe não foi em essência, mas no âmbito de acção. Hoje, a missão «histórica» dos EUA abarca todo o mundo...

A América Latina é no entanto um alvo privilegiado. Pela sua proximidade, pela importância estratégica, pelas riquezas naturais. Quem se atreve a pôr em causa o «controlo» norte-americano incorre na ira do grande controlador. Como a Nicarágua.

Surtem então as afirmações de que os EUA não admitem... não toleram... não consentem... E

que estudam todas as eventualidades!

Nem vale a pena perguntar de quê. A violação das águas territoriais, do espaço aéreo; as missões de espionagem; os ataques nas fronteiras através de grupos armados pela CIA; a minagem dos portos; os boicotes económicos; a campanha de descrédito das eleições; os preparativos cada vez mais elaborados para uma invasão, são dados concretos do domínio público.

Dados que as autoridades sandinistas vêm denunciando desde há muito e que merecem de Washington desmentidos sem consistência, quando não mesmo confirmação. Os últimos acontecimentos recentes mostram que a invasão da Nicarágua pelos EUA só ainda não ocorreu por falta de condições subjectivas a nível internacional, mas que cada vez mais se conjugam os esforços para a levar a cabo, com ou sem essas condições.

Agora foram os «Migs» soviéticos, que também poderiam ser mísseis ou bar-



É em «estado de alerta reforçado» que decorre a vida na Nicarágua face às constantes ameaças e provocações da administração Reagan, que procuram qualquer pretexto para uma agressão violenta contra a Nicarágua... Ainda antes, o ministro dos N. Estrangeiros nicaraguense, padre Miguel d'Escoto, classificou como «hipócritas e absolutamente falsas» as acusações do imperialismo norte-americano de que a Nicarágua se está a reforçar militarmente para «ameaçar» os países vizinhos

cos checos (os serviços de espionagem ainda não se decidiram...) que teriam chegado a Manágua oriundos da URSS. O que é inadmissível para a administração Reagan, claro, já que como é por demais evidente constituem uma ameaça séria para a maior potência bélica do mundo. Tal como o aeroporto de Granada, invadida há um ano.

Seria ridículo se não fosse tão grave o que está por detrás desta campanha conduzida pelas autoridades norte-americanas. Se não fosse a vida e o destino de um povo que estivesse em jogo.

A polémica gerada em torno dos pretensos «Migs»

adquiridos pelos sandinistas, que poderiam justificar uma invasão americana, foi como conivência empolada pela imprensa burguesa. Todas as notícias divulgadas nos últimos dias se centram na veracidade ou não das acusações norte-americanas. As reacções internacionais, incluindo a dos aliados de Washington na NATO que se opõem à intervenção militar americana na América Latina e em particular na Nicarágua, não abordam a questão essencial que está em causa: o direito que assiste aos EUA de se ingerirem na vida interna de um país soberano.

Esse é na verdade o buisli da questão. Os dirigen-

tes sandinistas declararam não ter adquirido «Migs» e muito menos mísseis. Mas, e se o tivessem feito? Com que autoridade Washington o poderia questionar?

Será que o mundo está disposto a submeter-se aos ditames norte-americanos? Que cada país independente só poderá ter as armas, os aviões, os carros — e porque não? —, os televisores, os rádios, os sapatos, as roupas, os livros que os EUA entenderem?

É de sberiania que se trata e não apenas na Nicarágua, apesar de no momento serem aí os maiores perigos. É pois uma questão que diz respeito a todos.

# Mensagem do PCP ao MPLA-Partido do Trabalho

O Comité Central do PCP enviou ao camarada Presidente José Eduardo dos Santos e ao Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho, por ocasião do nono aniversário da independência da República Popular de Angola, a seguinte saudação:

Queridos Camaradas, Ao comemorar-se o 9.º aniversário da proclamação da independência da República Popular de Angola transmitimo-vos, e por vosso intermédio a todos os membros do MPLA-PT e ao povo angolano, as nossas mais fraternais e calorosas saudações.

Nesta data histórica do 11 de Novembro queremos reafirmar ao povo angolano e à sua vanguarda revolucionária, o MPLA-PT, a profunda amizade e inteira solidariedade dos comunistas portugueses. Solidariedade à sua difícil e heróica luta em defesa da independên-

cia e soberania da sua pátria face às conspirações e agressões do imperialismo e dos racistas da África do Sul. Solidariedade à sua luta pela completa e imediata retirada do território angolano das tropas racistas e contra as actividades criminosas da UNITA. Solidariedade à sua acção em prol da defesa e consolidação das conquistas históricas da revolução angolana e pela edificação na RPA de uma nova sociedade.

Hoje, como no passado, embora em condições profundamente diferentes, a luta dos nossos dois povos converge nos mesmos objectivos libertadores. O PCP continuará invariavelmente a agir para que se desenvolvam as relações de amizade entre o povo português e o povo angolano, e entre o Portugal democrático e a RPA, denunciando e combatendo firmemente a política de

submissão de Portugal à estratégia militarista agressiva do imperialismo e a utilização do território nacional para acções contra-revolucionárias antiangolanas.

Reiterando-vos os votos dos melhores sucessos na vossa luta, expressamos a nossa vontade de continuar a agir para o estreitamento dos fraternais laços de amizade, cooperação e solidariedade que unem os nossos dois partidos, com base nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Viva o 9.º Aniversário da Proclamação da República Popular de Angola!

Viva a amizade entre o PCP e o MPLA-PT!

Viva a amizade entre os povos de Portugal e de Angola!

O Comité Central do Partido Comunista Português

## Angola reafirma propostas de paz

No acto central das comemorações do IX aniversário da independência da República Popular de Angola, realizada no Uíge, o presidente angolano, camarada José Eduardo dos Santos, anunciou que os governos de Angola e dos Estados Unidos estão a discutir «as bases de um acordo geral proposto por Angola». A proposta de acordo mantém as posições já anteriormente assumidas por Angola, e que se baseiam em 4 pontos: retirada das forças sul-africanas que ainda se encontram no sul

de Angola; cessação de qualquer forma de apoio à UNITA e desmantelamento das suas bases da Namíbia; aplicação da resolução 435 adoptada em 1978 pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, que prevê a independência da Namíbia sob a égide da ONU; início de uma retirada das tropas cubanas de Angola após o estabelecimento na Namíbia de uma força de paz da ONU e a redução da presença militar a 1500 soldados.

### No Suplemento:

#### «Angola: nove anos de luta e construção»

# Repressão, prática corrente do capitalismo, também em «democracia»

A repressão ao movimento popular é uma realidade bem actual no capitalismo hoje. Não só em países submetidos a regimes abertamente reaccionários (além todos eles contando com o apoio do imperialismo). Mas também nos países capitalistas desenvolvidos — que se auto-arvoram em bastiões de liberdade e de democracia — numa estudada e bem alimentada confusão entre liberdade para os trabalhadores e liberdade para os capitais.

Mesmo excluindo situações de guerra aberta e da prática de massacres, como em El Salvador ou no Sul do Líbano, vivem-se neste momento processos de grande violência repressiva — do Chile à África do Sul ou ainda à Turquia. Factos que devemos ter sempre presentes. Até porque impõem uma redobrada solidariedade.

Mas que não nos devem levar a ignorar ou subestimar o papel da repressão nos países capitalistas desenvolvidos — quando se trata de dar «resposta» aos trabalhadores em luta contra as gravosas políticas económico-sociais promovidas pelos governos da burguesia — dos conservadores aos que se dizem socialistas.

«Resposta» que aliás também reflecte a importância das lutas laborais — dirigidas, na defesa dos interesses dos trabalhadores, contra as «soluções» capitalistas para a sua crise.

### Das minas da Grã-Bretanha aos estaleiros de Espanha

A luta dos mineiros da Grã-Bretanha, que há pouco entraram no nono mês de greve, é talvez neste momento a mais significativa entre as múltiplas acções de trabalhadores que se desenvolvem no mundo capitalista. Contra ela as mais diversas armas têm sido utilizadas. E a primeira foi preparada com antecipação: uma legislação que criasse obstáculos à acção dos sindicatos, já na previsão de movimentos de protesto quando da concretização da política económica que está a ser seguida. Política económica que, sublinhe-se esbarrou com o obstáculo decisivo da verdadeira batalha que os mineiros estão a desenvolver.

A legislação repressiva previamente preparada seguiu-se, desde as tentativas para liquidar o movimento pela fome até à guerra psicológica orientada e alimentada em órgãos de informação ao serviço do capital e do seu governo. E ainda grandes esforços contra todas as expressões de solidariedade

— que entretanto se têm vindo a manifestar, quer a nível internacional, quer a nível interno, da parte dos vários sindicatos dos transportes, artes gráficas, serviços públicos, do próprio Congresso do TUC (Congresso dos Sindicatos Britânicos) e do Partido Trabalhista.

Mas a arma quotidiana contra os mineiros é a mais vulgar — o aparelho directamente repressivo, ou seja, a polícia. Já este mês de Novembro, registaram-se violentos confrontos no norte de Inglaterra. Nas minas de Cortonwood, bacia de Yorkshire (a primeira bacia ulifera da Grã-Bretanha), onde entraram em greve os primeiros mineiros, mil polícias foram mobilizados para fazer entrar na mina um único fura-greves. Entretanto no sul do País de Gales, 17 piquetes de greve foram presos à entrada das minas.

A verdade é que desde o início da greve o aparelho repressivo foi mobilizado, e dessa mobilização já resultaram inúmeros feridos e prisões e mesmo mortos.

Não se trata entretanto de uma política isolada (ainda que possa assumir um carácter de maior gravidade), da exclusiva responsabilidade do governo conservador de Thatcher. Para o constatar não é necessário sair das nossas fronteiras. Mas podemos somar-lhe um outro exemplo particularmente recente. A semana passada a polícia espanhola carregou sobre trabalhadores da indústria naval em Bilbao, que se manifestavam contra o «plano de reestruturação do sector», que prevê 17 mil despedimentos (dos 42 mil que trabalham nos estaleiros do país). Da acção repressiva resultaram mais de 50 operários feridos.

### França, assassínio de emigrantes

No passado fim-de-semana, em Epone, às portas de Paris, o jovem sindicalista turco Ozgun Kemal foi morto e mais três imigrantes feridos. O vigilante da empresa de construção civil «Pirault e Filhos» abriu fogo sobre algumas dezenas de manifestantes que exigiam o pagamento de salários em atraso. Quase simultaneamente, em Marigné-Farchaud, nos arredores de Chateaubriant, um indivíduo entrou num café frequentado por imigrantes turcos e disparou sobre os presentes, matando duas pessoas — a razão invocada foi: «Não gosto de estrangeiros».

A CGT convocou entretanto paralisações e uma manifestação em Paris para protestar contra o assassínio e as perse-

quições às comunidades de imigrantes.

A verdade é que estas acções criminosas estão ligadas à própria política repressiva (sob várias formas) que está a ser seguida pelos vários países capitalistas europeus em relação aos imigrantes. Convém relembrar aqui que data de Outubro a nova legislação aprovada em França contra a imigração, impondo condições muito estritas à regularização da situação dos imigrantes e impossibilitando na prática a reunificação de muitas famílias (em nome do «acordo entre o direito e a moral», nas palavras de Mitterrand). Ou ainda, os resultados eleitorais de um grupo fascista que aposta exactamente também numa atitude contra os imigrantes.

### Dois factos a destacar

A realidade prova à saciedade que à medida que se debate com dificuldades crescentes o capital recorre, também de forma crescente, a diversas formas de repressão, mesmo a mais directamente brutal, mesmo a intervenção policial.

Só que a resposta dos trabalhadores, como classe, a esta escalada, está bem longe de corresponder aos objectivos do poder do capital.

Dois exemplos apenas:

● Na luta dos mineiros britânicos, os trabalhadores não estão sozinhos — não só pela solidariedade recebida de sindicatos britânicos e de outros países. Mas também por um outro facto — novo — a participação activa das mulheres na luta. Integradas em Grupos de Apoio, as mulheres dos mineiros não ficaram em casa a chorar a fome dos filhos. Têm uma atitude activa — participam nas reuniões, na distribuição de panfletos, no apoio através aos piquetes de greve (e juntam-se mesmo a estes). Em 11 de Agosto, 15 mil mulheres desfilarão nas ruas de Londres em apoio dos mineiros em luta.

● Muitos se empenham em fazer esquecer uma realidade dominante da nossa época: a existência de estados em que o governo e a política está nas mãos dos trabalhadores — os países socialistas. E em que, portanto, a solidariedade de classe se manifesta também por posições de estado. É o que uma vez mais se verificou agora com a suspensão da venda de combustíveis à Grã-Bretanha, por parte da União Soviética, em apoio dos mineiros. Uma iniciativa assumida pelos sindicatos soviéticos e que se materializa em política estatal, apesar da consequente perda em termos económicos, para a URSS.

## Chile

# O derrube da ditadura exige a unidade democrática

O recrudescimento da violência fascista no Chile provocou já, desde o início do mês, pelo menos sete mortos, meio milhar de prisões e um número desconhecido de deportados. O estado de sítio, decretado por Pinochet no passado dia 6, reforçou não só a censura a todos os meios de comunicação e a restrição ainda maior do direito de reunião, mas também a suspensão de várias revistas e assaltos a sedes de organizações sindicais.

É a ditadura, com toda a extensa gama de manifestações da repressão mais brutal arvorada em política de Estado. Incidentes paralelos, como a fanfarrada da demissão do governo liderada por Onofre Jarpa, ministro do Interior (que assim recusava qualquer responsabilidade na incapacidade de manter a «ordem»), prontamente reconduzido nas suas funções, não passam de manobras que visam dar a ilusão de vida e operacionalidade que manifestamente a ditadura já não possui.

A degradação da situação política, social e económica no Chile chegou a um ponto tal que é lícito afirmar que a dita-

dura só se mantém no poder, hoje, pela força da repressão e do apoio que continua a receber dos Estados Unidos.

Continuam no entanto as manobras para conseguir um diálogo com certos sectores da oposição que integram a Aliança Democrática, na esperança de conseguir impedir a frente comum de todas as forças que se opõem à ditadura. Trata-se no fundo de procurar uma solução a contento do imperialismo norte-americano para quem Pinochet já se tornou incómodo e que não desdenharia em substituir o actual governo por outro, aparentemente capaz de relançar a economia desfeita, mas suficientemente vigiado e

controlado para evitar novas «aventuras» da democracia popular a que o golpe de Pinochet pôs termo.

Ilusões sem fundamento, como os acontecimentos recentes bem demonstram. Se logo após o golpe fascista a repressão golpeou bem fundo os comunistas e os democratas mais consequentes e empenhados, hoje, no desespero de manter o poder a todo o custo, Pinochet e a sua clique atacam não importa que sectores que se atrevam a pôr em causa o regime, radicalizando posições inclusive dos sectores mais moderados.

Se a incongruência do discurso de Onofre Jarpa pode ser rotulada de ridícula (afirmando a propósito do estado de sítio que este é «compatível» com a «abertura política» e o «diálogo» com a oposição), o mesmo não se pode dizer da sua afirmação de que o estado de sítio não atingirá outros que não os terroristas e, em contrapartida, favorecerá

o sector são da sociedade.

Porque não são ridículas as manobras veladas ou não de aproveitar as divisões ainda existentes entre as forças que se opõem ao regime para as aprofundar, salvando o regime, nem tão pouco todas as arbitrariedades cometidas à luz do estado de sítio imposto.

Na verdade, paralelamente à censura com que se acena à Aliança Democrática, a quem Jarpa pediu que clarifique a sua posição face ao extremismo, ao marxismo e ao terrorismo, a fim de que todos os que creem na democracia se possam unir e, juntamente, façam progredir o país, a ditadura usa o pau da censura e da repressão, proibindo reportagens, editoriais, entrevistas e inserções, assim como toda a forma de expressão tendo um carácter ou consequência política, qualquer que seja a sua origem.

Ou seja, acena-se por um lado aos que em benefício de

classe (ou próprio) podem ser tentados a juntar-se de novo à ditadura, ao mesmo tempo que se ameaça, pressiona e reprime, deixando claro que o «sector são da sociedade» abrange apenas os que estão com Pinochet e que todos os outros se arriscam ao mesmo destino — a morte, a prisão, a tortura, a deportação.

Nem a igreja escapa a esta depuração. O anúncio recente de que Pinochet tentou junto do Vaticano conseguir o direito de nomear bispos e vigários no Chile, é esclarecedor. Da paranoia de poder, sem dúvida, mas também de até onde a ditadura chilena está disposta a ir para sobreviver.

Um alerta para a Aliança Democrática, para que não se deixe cair em tentações. Um alerta ainda maior para os sectores mais consequentes da oposição, para que não se poupem esforços para a unidade necessária. A ditadura não se vence com diálogos. É necessário derrubá-la.

### Violência e morte na África do Sul

As notícias sobre a repressão na África do Sul, com o crescente número de mortos, feridos e presos, continuam a chegar quase diariamente.

O total falhanço da pretensão constitucional e das «eleições» em que os negros não participaram, apesar de constituírem cerca de 73 por cento da população, é hoje evidente, tanto a nível interno como internacional. Nos finais de Setembro a Assembleia Geral da ONU recusava-se a reconhecer a «nova» Constituição, considerando-a sem base legal, ao mesmo tempo que afirmava que a onda de violência e de assassinatos de manifestantes indefesos e de trabalhadores grevistas constitui uma consequência da sua imposição por parte das autoridades.

O desenrolar dos acontecimentos é o melhor testemunho dessa imposição. As manifestações de protesto nos bairros pobres, a greve geral de dois dias no princí-

pio deste mês convocada pelos sindicatos e organizações anti-apartheid, as lutas reivindicativas em particular no sector mineiro, ultrapassaram as questões laborais. Exige-se a demissão de todos os conselheiros municipais (impostos pelo governo racista), a retirada do exército de cidades-dormitórios de população não-branca, a libertação incondicional de todos os presos políticos, o congelamento das rendas de casa e das tarifas de transportes.

Exige-se, enfim, a liquidação do regime de apartheid. E luta-se com um impeto cada vez maior para o conseguir

### Cimeira da OUA

Iniciou-se na segunda-feira, em Addis-Abeba, a 20.ª cimeira da Organização de Unidade Africana (OUA), onde pela primeira vez tem assento a República Árabe Saraui Democrática (RASD). Trata-se de uma importante vitória política e diplomática do povo saraui

e da Frente Polisário em luta contra Marrocos pelo reconhecimento do direito à autodeterminação e independência do Saara Ocidental.

Ao contrário do que sucedeu em anos anteriores, em que a delegação da RASD não chegou a participar nos trabalhos da OUA para não impedir a sua realização, dado o número de países que contestavam a sua presença ameaçaram com a falta de quorum, este ano apenas o Zaire de Mobutu acompanhou Marrocos, que decidiu abandonar a organização. Refira-se como curiosidade que a decisão de Hassan II em abandonar a OUA foi acompanhada, quase em simultâneo, com um pedido de adesão à CEE...

### Arismendi no Uruguai

O primeiro secretário do Partido Comunista do Uruguai, camarada Rodney Arismendi, regressou já a Montevideo após um exílio forçado de dez anos que

lhe foi imposto pela ditadura militar.

Recebido por milhares de pessoas no aeroporto da capital, o camarada Arismendi participou no mesmo dia num comício organizado pelo PCU e outras forças democráticas, onde reafirmou o firme empenhamento dos comunistas uruguaios na luta contra a ditadura e pela restauração de um regime democrático. Os comunistas participam na Frente Ampla que, com diversas outras forças políticas, vai participar nas eleições gerais marcadas para o próximo dia 25 deste mês.

### Mais condenações à morte na Turquia

«Actividades subversivas e tentativa de implantação de um regime marxista-leninista», foi a acusação utilizada de novo por dois tribunais turcos para condenar à morte mais treze pessoas. Prática corrente da ditadura turca, tais acusações são generalizadas a todos os que se opõem ao regime

fascista do general Evren. Os tribunais de Istambul e Adana julgaram e condenaram duas centenas de presos políticos, acusados de fazerem parte da Frente Popular de Libertação.

### Solidariedade com a Nicarágua

Dirigentes de 15 Partidos Comunistas e Operários da América Latina, reunidos em Bogotá, capital da Colômbia, apelaram à convocação urgente de uma conferência latino-americana de solidariedade com a Nicarágua.

Os participantes na reunião, que analisaram também a cooperação dos respectivos partidos na luta pela paz e contra a política agressiva dos EUA, pronunciaram-se pela necessidade de intensificar as manifestações pela independência, democracia e progresso social e reafirmaram a sua solidariedade com as lutas dos povos de El Salvador, Chile, Guatemala e outros em luta contra regimes antipopulares.